



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Relevância das alterações climáticas para os diferentes partidos políticos portugueses

Maria Raquel Gonçalves Almeida Nunes

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Cristina Sousa, Professora Associada,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Relevância das alterações climáticas para os diferentes partidos políticos portugueses

Maria Raquel Gonçalves Almeida Nunes

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:
Doutora Cristina Sousa, Professora Associada,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2023

Agradecimentos

Obrigada à Professora Cristina Sousa e à minha família.

Resumo

Tendo em consideração o crescente entendimento e consciencialização pelas comunidades dos efeitos catastróficos que o aquecimento global tem na espécie humana e restantes seres vivos, as alterações climáticas e respetivos planos de combate e mitigação surgem como assunto de relevo na agenda política nacional e global. O sucesso deste combate consubstanciado depende fortemente da eficiência das medidas mitigadoras adotadas a nível nacional presentes nos programas, influenciada pela atividade política dos partidos políticos domésticos. Esta dissertação pretende preencher uma lacuna na literatura portuguesa neste campo do estudo da relevância das alterações climáticas para os diferentes partidos políticos portugueses. Para tal, desenvolveu-se uma matriz com palavras-chave relativas às alterações climáticas adaptadas à realidade portuguesa e contabilizou-se a frequência da utilização destas palavras-chave nos diferentes programas políticos dos partidos portugueses com pelos menos um deputado eleito nas eleições legislativas ocorridas entre 2015 e 2022. Os principais resultados demonstram que os partidos de esquerda atribuem uma maior relevância às alterações climáticas do que os partidos de direita, apesar dos últimos aparentarem ter incorporado a temática nas suas agendas, ao longo dos anos. Segundamente, desde o Acordo de Paris em 2015, houve um aumento da relevância em todos os partidos políticos portugueses à exceção do CDS-PP. Por fim, os partidos verdes, não encabeçaram em nenhum ano a listagem dos partidos com maior frequência de palavras-chave, indicando que dos partidos estudados, os partidos verdes não são os que atribuem uma maior relevância às alterações climáticas. Os resultados coadunam, na sua maioria, com a literatura e as hipóteses inicialmente colocadas. Novos estudos deverão aprofundar o tema da investigação.

Palavras-chave: Portugal; Alterações Climáticas; Partidos Políticos; Política Climática; Mitigação

Abstract

Considering the growing understanding and awareness by communities of the catastrophic effects that global warming has on humankind and other living beings, climate change and respective combat and mitigation plans emerge as a relevant issue on the national and global political agenda. The success of this consubstantiated fight strongly depends on the efficiency of the mitigating measures adopted at the national level present in the programs, influenced by the political activity of the domestic political parties. This dissertation intends to fill a gap in the Portuguese literature in this field of studying the relevance of climate change for the different Portuguese political parties. To this end, a matrix was developed with keywords related to climate change adapted to the Portuguese reality and the frequency of use of these keywords in the different political programs of Portuguese parties with at least one deputy elected in the legislative elections that took place between 2015 and 2022 was counted. The main results show that left-wing parties attribute greater relevance to climate change than right-wing parties, although the latter appear to have incorporated the issue into their agendas over the years. Second, since the Paris Agreement in 2015, there has been an increase in relevance in all Portuguese political parties apart from CDS-PP. Finally, the green parties did not top the list of parties with the highest frequency of keywords in any year, indicating that, of the parties studied, the green parties are not the ones that attribute greater relevance to climate change. The results are in line, for the most part, with the literature and the hypotheses initially raised. New studies should deepen the investigation theme.

Keywords: Portugal; Climate Change; Political Parties; Climate Politics; Mitigation

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
<i>Abstract</i>	v
Glossário de siglas	viii
Introdução	1
Revisão bibliográfica.....	3
2.1. Alterações Climáticas	3
2.1.2. Emissões de gases de efeito de estufa.....	5
2.1.3. Alterações climáticas em Portugal	6
2.2. Política climática internacional e nacional	8
2.3. Ideologia política e alterações climáticas.....	13
Metodologia	16
3.1. Descrição geral da abordagem e dos procedimentos	16
3.2. Escolha dos partidos políticos portugueses	17
3.3. Dimensão do estudo.....	18
3.4. Matriz das palavras-chave.....	19
Conclusões.....	32
Fontes	35
Referências bibliográficas.....	36
Anexo I – Matriz das palavras-chave para análise de conteúdo	i

Glossário de siglas

AD	Aliança Democrática
ADIM	Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (em Macau)
APA	Agência portuguesa do ambiente
APU	Aliança Povo Unido
BE	Bloco de esquerda
CAC	Comissão para as alterações climáticas
CCPI	<i>Climate Change Performance Index</i>
CDS-PP	Centro Democrático Social - Partido Popular
CE	Comissão Europeia
COP	Conferências das Partes
COP3	Terceira Conferências das Partes
CH	CHEGA
EGD	<i>European Green Deal</i>
ENAAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às alterações Climáticas
FPC	Fundo Português de Carbono
FRS	Frente República e Socialista
GEE	Gases de efeito de estufa
IL	Iniciativa Liberal
L	LIVRE
LULUCF	<i>Land use, land-use change, and forestry</i>
NDC	<i>Nationally determined contributions</i>
ODS	<i>Ozone Depleting substances</i>
ONG	Organização Não Governamental
PAN	PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNEC 3030	Plano Nacional Integrado de Energia e Clima
PPD/PSD	Partido Social Democrata
PPM	Partido Popular Monárquico
PRD	Partido Renovador Democrático
PS	Partido Socialista
PSN	Partido da Solidariedade Nacional

RNC2050	Roteiro para a neutralidade carbónica
QePIC	Quadro Estratégico para a Política Climática
UDP	União Democrática Popular
UE	União Europeia

CAPÍTULO 1

Introdução

O crescente entendimento e consciencialização pelas comunidades dos efeitos catastróficos que o aquecimento global do planeta tem na espécie humana e restantes seres vivos, gerou a necessidade de criação e desenvolvimento de planos de mitigação e combate às alterações climáticas (UNFCCC, 2001).

O sucesso deste combate consubstanciado e o consequente sucesso do Acordo de Paris, depende fortemente da eficiência da adoção das medidas mitigadoras adotadas a nível nacional, presente nos programas e influenciada pela atividade política dos partidos políticos domésticos, mais concretamente, a nível do papel desempenhado na criação e resultado das políticas públicas desenvolvidas pelo executivo e do seu apoio a nível parlamentar, assim como na influência da opinião pública em tópicos científicos como é o caso do ambiente (Jensen & Spoon, 2011). Yin (1999) em *“Elite Opinion and Media Diffusion”* encontra forte correlação entre influência das elites políticas na atitude e na consciência ambiental do público.

Apesar da existência de diversas ferramentas de hierarquização e categorização da importância dada às alterações climáticas pelos partidos políticos, a literatura expõe incertezas relativas aos métodos de medição utilizados (Lehmann, 2022). Por um lado, a política climática é uma área política relativamente nova comparativamente às restantes, e como tal, poderá ser difícil incorporar em esquemas de codificação já previamente estabelecidos. Por outro lado, as áreas de ação e as metodologias das políticas climáticas divergem de país para país e, como tal, é necessária ponderação cuidadosa e ajustamentos na codificação dos dados para garantir a consistência da interpretação e consideração das implicações supramencionadas (Carter et al., 2018).

Esta dissertação pretende preencher uma lacuna na literatura portuguesa neste campo do estudo da relevância do combate às alterações climáticas nos programas dos diferentes partidos políticos portugueses com uma metodologia bem definida, transparente e apartidária.

Será realizada inicialmente uma revisão da literatura científica atual sobre o significado e impacto das alterações climáticas e, de seguida, da política climática internacional e nacional, passando pelos pontos coincidentes a ambos, desde o protocolo de Quioto, acordo de Copenhaga e o acordo de Paris. De seguida, passar-se-á para a apresentação da metodologia, explicitando a dimensão do estudo, construção da investigação e justificação da construção da matriz comparativa. Ao longo deste trabalho utilizar-se-á *quasisentences* - expressão verbal de uma ideia ou questão política - como unidades de observação (Carter et al., 2018).

Após a criação da matriz, irá proceder-se à contabilização das palavras-chave nos programas eleitorais disponibilizados. Paralelamente será realizada uma análise qualitativa dos manifestos de 2022. Por fim, tirar-se-á ilações sobre a relevância das alterações climáticas para os diferentes partidos políticos portugueses de 2015 até à atualidade através do estudo dos resultados e comparação da análise quantitativa e qualitativa realizada.

CAPÍTULO 2

Revisão bibliográfica

A revisão da literatura irá abranger diferentes temáticas desde o conceito de alterações climáticas até aos conteúdos das políticas climáticas a nível internacional e nacional.

No ponto inicial será aprofundada a compreensão do conceito, os efeitos nefastos das alterações climáticas na vida humana e nos restantes seres vivos, assim como os dados relativos ao estado atual da emissão de gases de efeito de estufa na atmosfera. De seguida, passar-se-á para a política climática internacional com uma passagem pelo protocolo de Quioto, acordo de Copenhaga e acordo de Paris. Por fim, interligar-se-á estes feitos históricos com os marcos na política climática nacional.

2.1. Alterações Climáticas

Apesar de serem inegáveis e evidentes as consequências devastadoras das alterações climáticas na segurança alimentar, na fauna e na flora a nível mundial, ainda que nalguns casos de forma assimétrica, a preservação generalizada da vida tal como a conhecemos, torna necessária uma melhor clarificação e compreensão do significado deste conceito.

As alterações climáticas são provocadas pelo aumento da concentração dos gases de efeito de estufa (GEE) na atmosfera, mais concretamente, do vapor de água (H_2O), dióxido de carbono (CO_2), o óxido nitroso (N_2O), o ozono (O_3), o metano (CH_4) e os clorofluorcarbonetos (CFC's). Estes gases são responsáveis pela absorção de radiações infravermelhas (IV) emitidas pela superfície terrestre e que subsequentemente não são libertadas para o espaço (UNFCCC, 2001).

A não libertação dos GEE leva ao fenómeno definido como efeito de estufa, que permite manter a temperatura média à superfície terrestre, fator essencial para a sobrevivência da espécie humana na terra, tal como a conhecemos. Contudo, todas as disrupções antropogénicas ao fluxo natural de energia terrestre, através da introdução de novas fontes de emissões ou interferindo nos sumidouros de carbono, levaram a que o clima se comesse a ajustar a uma maior camada dos GEE. Este ajuste resultou no fenómeno do aquecimento global (UNFCCC, 2001). Estas disrupções estão a ocorrer com a produção extraordinária do dióxido de carbono, responsável por mais de 60% do “aumento” do efeito de estufa, na desflorestação (corte e queima) das florestas até à combustão dos combustíveis fósseis com a queima do carvão, petróleo e gás natural, produção de metano e óxido nitroso emitidos em atividades agrícola, emissão de CFC's, PFC's em processos industriais e ainda ozono gerado através da exaustão automóvel (Borrego, 2010).

É expectável que as alterações climáticas possam levar a consequências gravosas na natureza e ao aumento de ameaças sociais e territoriais, com alteração do padrão epidemiológico de doenças e

ao aumento da mortalidade e da morbilidade relacionadas com o agravamento do calor no verão e o frio no inverno ou ainda o aumento do risco de incidência de acidentes relacionados com os fenómenos meteorológicos extremos (Comissão Europeia, s.d.).

Com o acelerar das alterações climáticas, espera-se um aumento do nível médio das águas do mar de 9 a 88 centímetros até ao final do século. Esta previsão levará ao distúrbio dos fluxos naturais de precipitação global e dos ecossistemas, colocando em perigo os estados insulares (por exemplo, Tuvalu, localizado na Polinésia) em casos extremos, mas também toda a costa e os territórios insulares de Portugal. Estas perturbações levarão à extinção de espécies, insegurança alimentar, escassez de comida, recursos hidráulicos comprometidos e ainda a nível das infraestruturas, do risco de necessidade de realojamento de populações e necessidade de planos e recursos face ao aumento de eventos climáticos extremos (UNFCCC, 2001).

Em consequência das alterações climática, os países do sul da Europa têm sentido um aumento nas temperaturas e uma diminuição da precipitação (Hoegh-Guldberg et al., 2018). De acordo com o relatório da situação da seca meteorológica do IPMA a 15 de julho de 2022, o ano de 2021/22 é até à data classificado como o segundo ano hidrológico mais seco, em Portugal, desde 1931, após o ano de 2004/2005 (meses de outubro a julho).

Espera-se que, para um aumento do aquecimento global de 2,5°C até 2100, Portugal esteja exposto a um aumento do nível médio das águas do mar de 0,4m no período de 2081 a 2100. Para além deste fator, é espectável que, nos próximos anos, aumentem a frequência de eventos climáticos extremos como é o caso das ondas de calor, tempestades, secas intensas e prolongadas e incêndios (Schleussner et al., 2019).

Todos estes eventos extremos terão consequências na agricultura, disponibilidade de recursos hídricos e um impacto considerável na própria economia do país, tendo em consideração que, em 2020, o peso da agricultura no PIB é de 1,6%, atingindo os 8,8% do PIB no Alentejo e 0,3% do PIB na Área Metropolitana de Lisboa. Uma das consequências das alterações climáticas poderá ser um acentuar das desigualdades entre regiões (Schleussner et al., 2019).

Por outro lado, Portugal tem visto a sua temperatura média a aumentar. Na figura 1 encontra-se o modelo histórico anual das temperaturas médias de Portugal de 1971 a 2000.

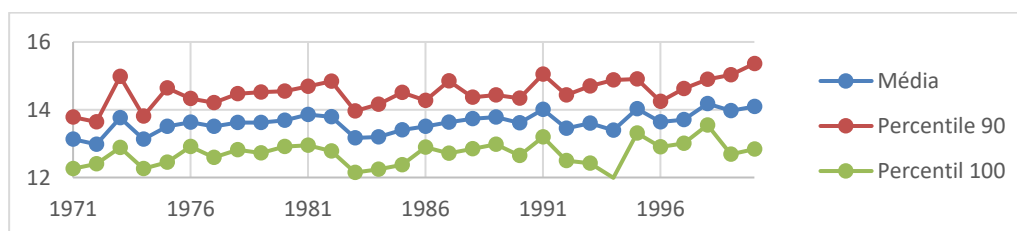


Figura 1 - Temperatura média modelada de Portugal continental (1971-2000) (Cardoso et al., 2019)

De acordo com Cardoso et al. (2019), tendo como cenário o aumento de 4,3°C até 2100, a temperatura aumentaria 8°C no verão e outono e 4°C nas restantes estações do ano. Para o final do século estão projetadas 60 noites tropicais por ano, enquanto o histórico apresenta 7. Para além destes eventos, o número de dias frios quase desaparece e a média de ondas de calor ao ano aumenta de 7 a 9 vezes até 2100, assim como um aumento da amplitude de duração e área abrangida das ondas.

O entendimento dos efeitos catastróficos que as alterações climáticas têm na espécie humana e restantes seres vivos leva ao entendimento da necessidade de planos de mitigação, adaptação e subsequente desenvolvimento da política climática a nível global, europeu e nacional.

2.1.2. Emissões de gases de efeito de estufa

Uma das formas de mensurar a evolução e a efetividade das medidas tomadas no âmbito do combate às alterações climáticas é através do estudo das emissões de gases de efeito de estufa de cada país e como um todo.

Comparando o ano base (correspondente ao ano de 1990) com o último ano reportado (2020), todos os países que constam no gráfico abaixo (ver figura 2) apresentaram reduções de emissão de gases de efeito de estufa (sem considerar emissões LULUCF - *Land use, land-use change, and forestry*). No total, a UE reduziu cerca de 34% das suas emissões com a Alemanha a reduzir 41% e a Itália 27% em relação ao ano base. Por outro lado, Portugal viu as suas emissões terem uma redução na ordem dos 2% e a Espanha de 5%. Os Estados Unidos, apesar de emitirem significativamente mais que a UE, conseguiram apenas uma limitação de 7% das suas emissões em 2020 (PORDATA, 2023).

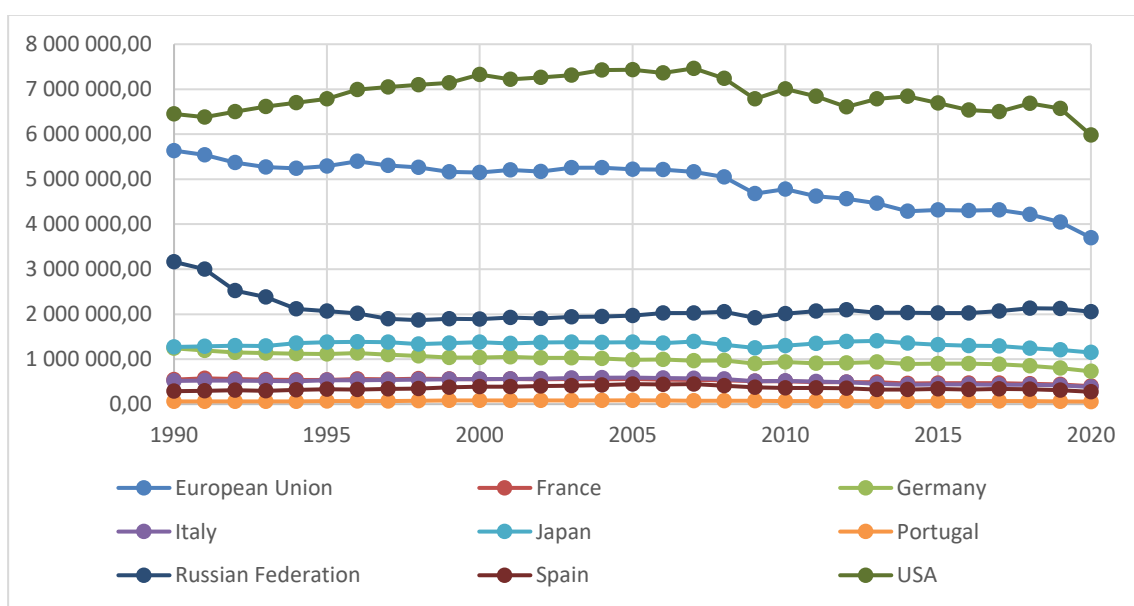


Figura 2 – Total de emissão de GEE sem LULUCF, em kt CO₂ equivalente. (PORDATA, 2023)

Existem dois fatores a considerar aquando da análise crítica destes resultados. Por um lado, os confinamentos resultantes da pandemia do COVID-19, levaram a um desacelerar da atividade

económica e, consequentemente, a desacelerar a emissões dos gases de efeito de estufa. Porém, após uma redução de 5% em 2020, a emissão de GEE atingiu um recorde máximo no ano seguinte, relevando que não foi sustentada ou estrutural a redução das emissões durante os confinamentos. Por outro lado, a invasão da Ucrânia pela Rússia, que se iniciou em fevereiro de 2022, teve impactos profundos a nível global, seja no âmbito do fornecimento de cereais, seja na continuação da disrupção de outras cadeias de fornecimento alimentar e energético ainda não estabilizados depois da pandemia. Todos estes acontecimentos têm impacto na política climática e resultados nas emissões dos valores globais de GEE. De acordo com a OCDE, estes acontecimentos, levarão a um desacelerar das economias comparativamente a um cenário pré-guerra, e por outro lado, à recuperação, ainda que temporária, de fontes de energia fóssil que provocam uma emissão mais intensiva de GEE para substituir a utilização do gás natural produzido na Rússia. Para além dos aspetos económicos, a atual situação política dificulta as relações diplomáticas e as negociações climáticas internacionais (Moosmann, 2022).

2.1.3. Alterações climáticas em Portugal

No âmbito nacional, de acordo com o relatório do estado do ambiente de Portugal referente aos anos de 2020/2021, a APA destaca as melhorias e evoluções nas últimas décadas, no âmbito do clima, mais concretamente, da produção e consumo de energia, energias renováveis, intensidade energética e emissão de gases de efeito de estufa (APA, 2021).

Relativamente à dependência energética do exterior, Portugal apresenta um padrão contínuo de diminuição desde 2017, ano em que atingiu o valor de 77,7%. Em 2020, até à data do relatório, apresentava o valor de 65,8% tendo em consideração a diminuição de importações de carvão de origem fóssil, petróleo bruto e respetivos derivados. Em 2021, Portugal parou oficialmente a produção de energia a partir do carvão com o fecho da central termoelétrica do Pego, em Abrantes (APA, 2021).

Relativamente às energias renováveis, Portugal foi o quarto país da UE-28, em 2019, com uma maior incorporação das energias renováveis na produção de energia elétrica. Tinha como objetivo, no âmbito do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2020, atingir 31% da utilização de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final de energia e incorporar 59,6% de energia renovável na eletricidade. Em 2019, o valor real situou-se nos 20,6% em relação à incorporação de energias renováveis no consumo final bruto de energia, tendo atingido 99% da sua meta. Em 2020, o valor provisório era de 33,9%, tendo excedido a meta estabelecida para esse ano, fruto da redução de consumo de energia final devido à pandemia. (APA, 2021)

Relativamente à emissão dos gases de efeito de estufa, no âmbito do PNAC 2020/2030 - Programa Nacional para as Alterações Climáticas, Portugal tem como objetivo, reduzir a emissão de GEE entre

18% e 23%, em 2020, e entre 45% a 55%, em 2030, em relação aos valores de 2005, de forma a alcançar a neutralidade climática até 2050. A nível da UE, o pacote energia-clima estabeleceu uma redução de pelo menos 20% das emissões dos GEE até 2020 e uma redução de 40% até 2030, em relação ao ano de 1990, sendo que estas metas deverão ser atingidas coletivamente. Acrescentando, a lei Europeia do Clima de Junho de 2021, reforça a meta da UE de reduzir as emissões dos GEE de 40% para 55% para 2030, relativamente aos valores de 1990.

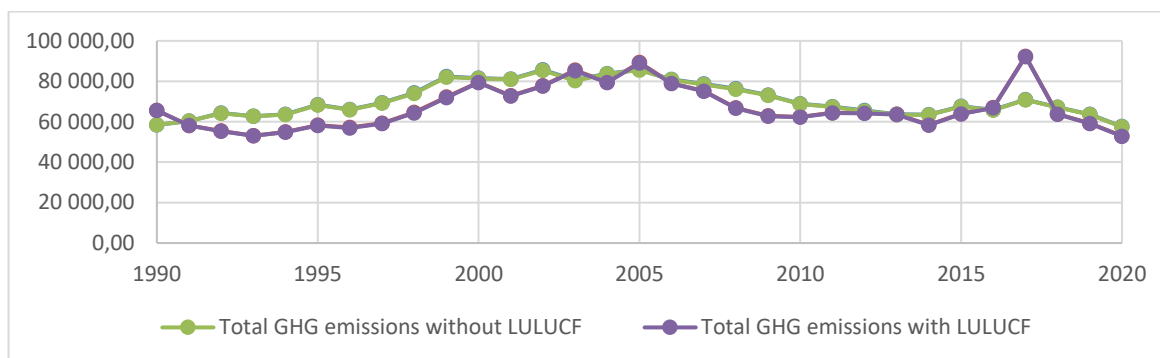


Figura 3 – Emissões anuais de gases de efeito de estufa em Portugal, em kt CO₂ equivalente. (APA, 2021)

Os valores das emissões dos GEE acompanham a evolução da economia portuguesa, com um forte crescimento na década de 90 do século passado, seguido de recessão e estagnação derivada à crise de 2009, com efeitos mais profundos até 2013, seguida de uma recuperação (ver Figura 3). As tendências de redução da emissão de GEE tiveram origem ainda antes da crise, como resultado das melhorias tecnológicas de combate à poluição e da alavancagem da eficiência energética, assim como a introdução progressiva de fontes combustíveis menos poluentes, aumento da produção energética a partir de energia renovável e esforços na otimização de produção de resíduos (APA, 2021).

As emissões registadas em 2019 encontram-se na trajetória para o cumprimento das metas nacionais e europeias de redução de GEE, sendo que as emissões totais sem LULUCF apresentam uma redução de 26% comparativamente aos valores de 2005, o que supera a meta definida para o PNAC 2020. Em março de 2020 ocorreu o primeiro caso de pessoas infetadas com o COVID-19 em Portugal e devido a todas as restrições de contactos sociais e confinamentos impostos no decorrer desse ano e no seguinte, ocorreu uma diminuição das reduções nas emissões de gases poluentes. Nos anos anteriores, a queima de combustíveis foi a principal causa de emissão dos gases de efeito de estufa em Portugal, tendo sido responsável por 72% das emissões no decorrer dos anos de 2016 a 2019 (APA, 2021).

2.2. Política climática internacional e nacional

Foi em 1979 que ocorreu a *First World Climate Conference* patrocinada pela Organização Meteorológica Mundial, agência das Nações Unidas. Esta conferência contou com a presença de cerca de 300 especialistas de 40 nações. O discurso de abertura de *Robert M. White*, chefe do conselho de pesquisa climática da Academia Nacional de Ciências e presidente da Conferência, demonstra as preocupações já existentes na época em questões de segurança alimentar, sustentabilidade, e preocupação com o crescimento populacional e crescente procura alimentar. Foram igualmente salientados os problemas energéticos, como o aumento da dependência do carvão e a séria ameaça que tal apresentava ao clima e ao controlo térmico do planeta.

Em 1987 foi celebrado o protocolo de Montreal, considerado um acordo global histórico para a redução das emissões para a atmosfera de químicos que contribuem para a destruição da camada de ozono (ODS – *Ozone Depleting Substances*), camada esta que protege os humanos e a biosfera da radiação Ultravioleta (UV) vinda do sol. Estas substâncias para além de destruírem a camada de ozono estratosférico, são gases de efeito de estufa que contribuem para o agravamento das alterações climáticas (Velders et al., 2007).

Posteriormente, foi adotada, em 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas pela comunidade internacional (Legget, 2020). O foco das negociações baseou-se no tipo de vínculo que os países teriam com os objetivos de emissões, se seriam juridicamente vinculativos ou se se baseariam em sistemas de compromissos voluntários ("*pledge and review*"). Os países ficaram incumbidos de desenvolver e reportar os programas nacionais de mitigação, e a convenção contemplou que estes seriam revistos pela COP – Conferência das partes, o que permitiria alavancar os resultados através do encorajamento a nível nacional ao longo do desenvolvimento dos programas (Bodansky et al., 2010).

Houve depois diversas tentativas diplomáticas para definir mecanismos para estabilizar a emissão dos gases de efeito de estufa, como o Protocolo de Quioto, em 1997, e a Convenção de Copenhaga, em 2009 (Falkner, 2016).

O protocolo de Quioto foi negociado durante a terceira conferência das partes - COP3 - e envolvia metas de emissão de GEE juridicamente vinculativas para os países industrializados (Böhringer, 2003). Apesar de aclamado como um grande avanço na política climática internacional, o protocolo apresentava falhas fraturantes e a implementação, e consequente resultado, não foi o esperado.

De acordo com o protocolo, durante o período de 2008 a 2012, os países industrializados (como por exemplo, a Austrália, Canadá, Japão e Rússia) comprometeram-se a diminuir as suas emissões para valores, em média, 5,2% mais baixos do que os valores pré-industriais de 1990. Porém, o protocolo deixava em aberto questões como a intercambialidade das emissões entre os países industrializados e

isentou os países em desenvolvimento de realizarem o mesmo compromisso, durante um período não especificado de tempo, baseando-se na premissa “*Principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities*”. Tal decisão, dificultava a missão de redução das emissões através da não consideração de emissores emergentes. Como tal, os Estados Unidos da América, um dos principais emissores de GEE, nunca retificaram o protocolo de Quioto argumentando a necessidade de as economias emergentes estarem igualmente sujeitas a reduções obrigatórias. Isto levou a uma sobrecarga política e económica aos demais países que procuravam que o protocolo de Quioto se efetivasse sem a participação dos EUA, para além de diminuir o impacto ambiental das reduções planeadas. Falkner et al. (2010) desvelam as diversas deficiências do protocolo, desde a natureza temporal reduzida das metas e da capacidade dos países se retirarem do acordo.

Após o fracasso do protocolo de Quioto e o contínuo aumento das emissões dos GEE, a conferência de Copenhaga de 2009 prometia ser um avanço inédito na política climática internacional. Porém, e apesar dos esforços, a conferência não conseguiu atingir o resultado pretendido. O acordo de Copenhaga apresentou avanços e incluía os pontos principais no combate às alterações climáticas em termos de mitigação, finanças e tecnologias, desde a definição do objetivo de longo prazo de limitar o aumento da temperatura até dois graus e ainda a consulta e análise internacional das ações dos países em desenvolvimento acompanhado de uma monitorização, reporte e verificação das ações sujeitas a financiamento internacional (Bodansky, 2010). Porém, os compromissos acordados pelos diferentes países participantes não mostraram ser sustentáveis para o cumprimento dos objetivos a longo prazo (Falkner, 2016).

Esperar-se-ia que a conferência de Copenhaga pudesse dar continuidade aos objetivos juridicamente vinculativos, porém, levou a um acordo não vinculativo que capturou o consenso político em diversas frentes, mas que, ultimamente, não foi adotado oficialmente pela conferência das partes. De acordo com Bodansky et al. (2010), este falhanço, possivelmente provocado por fatores transitórios, levou a que diversos parceiros questionassem de novo qual a melhor forma de mobilizar os esforços para responder à crise das alterações climáticas.

Em 2015, apesar dos diversos pontos a serem resolvidos, 195 países e a UE chegaram a um consenso, o acordo de Paris. Este acordo baseia-se num processo descentralizado, *bottom-up* de compromissos voluntários, não juridicamente vinculativos. Este novo acordo afasta-se das regulações *top-down* de Quioto e levou a que as grandes potências quisessem fazer parte deste movimento, ao comprometerem-se com objetivos de redução a longo prazo (algo que não tinha sido observado nas conferências anteriores), assim como atingir neutralidade carbónica na segunda metade do século XXI (Falkner, 2016). De acordo com o artigo 14 do acordo de Paris, as partes propuseram-se a atingir o pico das suas emissões o mais rapidamente possível, sendo que para os países em desenvolvimento este pico deveria ser mais demorado. É importante mencionar que um dos principais contributos do acordo

de Paris é a inclusão de todas as partes, industrializadas, emergentes e e em desenvolvimento, nos esforços de mitigação, apesar de serem esforços diferentes e em concordância com as capacidades individuais de cada país (UNFCCC, 2015).

O acordo de Paris é baseado na preparação, comunicação sucessiva das contribuições voluntárias (NDC - *nationally determined contributions*) pelas partes. De seguida deverão prosseguir com medidas mitigadoras domésticas de forma a conseguir atingir esses mesmos NDC. As partes devem comunicar toda a informação relevante para se cumprir com a iniciativa de transparência que permite fortalecer as instituições e providenciar as ferramentas e assistência necessária. Esta comunicação deve ser realizada a cada cinco anos (UNFCCC, 2015).

O primeiro NDC com que a UE se comprometeu foi a meta vinculativa de redução de pelo menos 40% de emissão de gases efeito de estufa até 2030 em relação aos valores de 1990. Esta redução seria o resultado de um esforço coletivo, sempre inspirando ação climática e promovendo a neutralidade carbónica. Em 2020, atualizou-se o NDC e a UE comprometeu-se com uma redução líquida mais ambiciosa de pelo menos 55% de gases de efeito de estufa até 2030, comparativamente aos valores de 1990 (Elzen et al., 2019).

O acordo de Paris baseia-se num sistema de *pledge and review*, alavancando os resultados através de processos de *naming and shaming* pela sociedade civil assim como de *peer pressure*, permitindo um aumento da ambição das diferentes partes. Mais concretamente, após a comunicação dos NDC espera-se que haja um escrutínio doméstico por parte de grupos ambientalistas e diferentes organizações assim como escrutínio realizado por ONG transnacionais (Falkner et al., 2010).

Apesar do objetivo a longo prazo da limitação aos 2°C, existe uma significativa relutância no mundo académico sobre a exequibilidade do cumprimento desta limitação. Tendo em consideração que os NDC apresentados em 2015 não permitem atingir os objetivos, Michaelowa et al. (2017) realizaram um estudo a 109 iniciativas transnacionais, de forma a compreender se estas conseguiriam preencher o *gap* entre os NDC e o objetivo a longo prazo. Os resultados demonstraram-se insatisfatórios de acordo com os critérios definidos pelos autores.

Assim, apesar do acordo de Paris ter sido descrito como um sucesso pelas suas características inovadoras, flexibilidade e inclusão de todas as partes, existe ainda uma grande incerteza sobre a sua eficiência e capacidade de atingir os objetivos propostos a longo prazo (Bailey & Tomlinson, 2016).

Outro marco importante na política climática europeia foi a apresentação do Pacto Ecológico Europeu (EGD - *European Green Deal*) pela Comissão Europeia (CE), a 11 de dezembro de 2019. Este pacto consiste num pacote de iniciativas, sendo um dos seus principais pilares o apoio ao objetivo de se atingir a neutralidade carbónica até 2050, assim como um aumento da ambição dos objetivos climáticos até 2030 e 2050. Outras áreas abrangidas pelo EGD são os transportes sustentáveis e ainda a preservação e restauração dos ecossistemas, biodiversidade e garantir que a transição para a

neutralidade carbónica é irreversível (Fetting, 2020). Este pacote foi financiado através do orçamento a 7 anos da UE e ainda do *NextGenerationEU Recovery Plan* (European Commission, 2022).

Posteriormente, a 29 de abril de 2021, foi estabelecido o programa para o Ambiente e a Ação climática (LIFE) que se define como sendo um instrumento financeiro comunitário, que tem como objetivo a contribuição para a execução, atualização e o desenvolvimento das políticas e estratégias europeias na área do Ambiente, através do financiamento de projetos. Este programa assenta em quatro frentes, mais concretamente, natureza e biodiversidade, economia circular e qualidade de vida, mitigação e adaptação às alterações climáticas e transição para energias limpas.

No mesmo ano, a conferência de Glasgow em 2021 foi considerada a mais produtiva desde o acordo de Paris de 2015, com uma grande envolvimento por parte dos atores económicos e sociedade civil. Nesta COP foram adotadas mais de 50 decisões formais e foi igualmente um momento de renovação de compromissos voluntários das diferentes partes. Apesar de marcado pelos eventos inovadores, foi evidente que existia ainda capacidade para um maior apoio aos países em desenvolvimento. Serão determinantes do sucesso, a implementação e o resultado das medidas tomadas (Depledge, 2022).

De acordo com o documento submetido pela Alemanha e CE, a 17 de dezembro de 2020, a UE e os seus estados-membros comprometeram-se com uma meta vinculativa de redução líquida de pelo menos 55 % de emissões dos gases de efeito de estufa em comparação com 1990. Esta NDC representa uma evolução do seu compromisso de 20% até 2020 em comparação com os valores de 1990, NDC retificada da Convenção de Paris. De acordo com a diretiva 2018/410, cada estado-membro irá reduzir as suas emissões em relação aos níveis de 2005, até 2030, na percentagem de: Portugal 17%, Espanha 26%, Itália 22%, França 37% e Alemanha 38%. (Schwarte, 2021)

Quando comparando com a globalidade dos países, 91,1% dos emissores globais submeteram um novo NDC, e desses 169 países, 78,7% do total, apresentaram um NDC atualizado com redução das suas emissões comparativamente aos seus NDC originais, ao contrário de países como o Brasil ou México (Data explorer, 2022).

Portugal, de acordo com o *Climate Change Performance Index 2022* (CCPI 2022), uma ferramenta independente de monitorização da performance nos esforços na mitigação das alterações climáticas dos diferentes países, é o 13º país avaliado com o melhor desempenho em termos de combate às alterações climáticas avaliado em quatro vertentes: emissões dos GEE, energias renováveis, utilização energética e política climática, tendo sido a melhor avaliação no âmbito da Política Climática (Burck et al., 2022).

Em ressonância com a UE, Portugal iniciou o Quadro político institucional com a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em 1992 e mais tarde, em 1997, com a assinatura do protocolo de Quioto, onde, devido ao seu atraso económico e baixo contributo

nacional nas emissões europeias (apenas 1,5% em 2012), beneficiou de uma moratória no acordo de partilha de responsabilidades a nível comunitário, tendo sido permitido aumentar as suas emissões até 27% em relação aos níveis de 1990 (Santos et al., 2015).

Nos anos seguintes foi assegurado o cumprimento dos objetivos nacionais, conseguindo Portugal limitar as emissões a cerca de 13% em relação aos níveis de 1990. A nível nacional, houve uma transposição do acordo para o quadro político institucional com a criação da comissão para as alterações climáticas (CAC) como autoridade designada para os mecanismos de flexibilidade do protocolo de Quioto (Santos et al., 2015).

Portugal conta, desde 2001, com uma estratégia para as alterações climáticas. Foi no mesmo ano que se iniciaram os primeiros estudos de base para o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), que foi aprovado três anos mais tarde, em 2004 - PNAC 2004 (Santos et al., 2015). Este programa apresentava medidas e políticas em diversas vertentes como o sector dos transportes ou incentivos à utilização de biocombustíveis, com o objetivo de identificar responsabilidades e objetivos sectoriais assim como instrumentos que permitissem a intervenção visando a mitigação das emissões e alterações climáticas (Ordem dos engenheiros, s.d).

Como espelho da inovação e do compromisso contínuo, um ano após o acordo de Copenhaga, Portugal adotou a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) anos antes de ter sido adotada uma estratégia europeia. Igualmente inovador foi o estabelecimento do Fundo Português de Carbono (FPC) como instrumento de apoio da política climática a nível nacional (Santos et al., 2015).

No período após o acordo de Paris de 2015, foi aprovado o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC). Este é um conjunto de orientações e instrumentos como base da política climática que inclui um novo Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PNAC 2020-2030). A concretização deste programa assenta em nove objetivos, desde a promoção da transição para uma economia de baixo carbono, o reforço da resiliência e estímulo da investigação, inovação e produção de conhecimento (Santos et al., 2015). Para além do QEPiC, foi desenvolvido uma nova estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas (ENAA 2020) (Ordem dos engenheiros, s.d).

Nos anos de 2018 a 2019 surgiram o roteiro para a neutralidade carbónica até à segunda metade do século e o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima (PNEC 2030). Por um lado, Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo de redução da emissão dos GEE de forma a balancear com a remoção pelos sumidouros de carbono até 2050. Este roteiro apresenta trajetórias para quatro sectores: energia, transportes, resíduos e agricultura. Este roteiro veio dar suporte e sustentabilidade ao compromisso português de realizar esforços de forma a limitar o aumento da temperatura média global até 2°C (Roteiro, 2022). Gil e Bernardo (2020) sintetizam as medidas e objetivos nas quatro vertentes supramencionadas, em relação à utilização de baterias como

capacidade instalada, capacidade da energia solar e ainda a utilização de hidrogénio e eletricidade nos transportes. Por outro lado, o PNEC 2030 visa a definição de objetivos nacionais em termos de emissão dos GEE, energias renováveis, eficiência energética, de forma a alinhar-se com os objetivos propostos no acordo de Paris e ainda desenvolver uma economia competitiva e de baixo carbono, alavancada pelas energias renováveis. Algumas das metas estabelecidas são a redução da emissão dos GEE entre os 45 e 55%, aumento da eficiência energética em 35% e quota de energias renováveis nos 47%.

Adicionalmente, o aproveitamento da biomassa, fonte renovável proveniente de matéria orgânica vegetal ou animal, para usos energéticos tem vindo a adquirir relevância em Portugal, principalmente no âmbito do PNEC 3030 e RNC2050 (Almeida, 2020).

2.3. Ideologia política e alterações climáticas

Após a contextualização sobre o que são as alterações climáticas, os efeitos desastrosos nos seres vivos e no planeta, o desenrolar da política climática nacional e internacional, é ainda necessária uma introdução ao tópico da relação entre ideologia política e alterações climáticas.

Como mencionado anteriormente, apesar dos conhecidos efeitos nefastos, existem ainda indivíduos que não se encontram preocupados ou que negam a existência total ou de certos aspetos das alterações climáticas. Existe, atualmente, diversa literatura que suporta a premissa da existência de relação entre a ideologia política e a nossa perspetiva, conhecimento e preocupação, relativamente às alterações climáticas. Hornsey et al. (2018) sugerem que surgiram culturas políticas que estimulam os indivíduos a avaliar a ciência das alterações climáticas e do clima de acordo com a sua perspetiva político-conservadora, como é o caso dos EUA, país na qual a maioria da literatura relativa a este tópico se foca.

Com efeito, nos Estados Unidos, existe uma forte politização desta temática, com os liberais e democratas a apresentaram-se em concordância com o que é a corrente principal e convencional (“*mainstream*”) da ciência climática e das alterações climáticas atual, e com uma maior preocupação pessoal relativamente ao aquecimento global em contraposição com os conservadores e republicanos (McCright, 2016). McCright (2011) observa que homens caucasianos, politicamente conservadores contribuem significativamente para as elevadas percentagens de negacionismo climático nos EUA.

Fora dos EUA, a certeza relativa a esta relação entre a ideologia política e a nossa perspetiva relativamente às alterações climáticas enfraquece. Hornsey et al. (2018) defendem que nos restantes países não se conseguia prever, nem correlacionar diretamente as opiniões dos diferentes indivíduos e as suas opiniões referentes às alterações climáticas. Os autores adotam uma visão otimista de que existe uma probabilidade superior desta perspetiva ser avaliada com base no mérito, ao invés de uma compatibilidade de visões com terceiros.

Por outro lado, de acordo com Mcright (2015), existe evidência desta interligação em países como a Austrália, Canadá e Reino Unido, sendo que os resultados indicam que a identificação partidária é um preditor (a nível individual) do ceticismo climático. Em todos os países mencionados, os que se identificam com um partido de esquerda são menos céticos do que as suas contrapartes. Importante mencionar que os resultados e correlações não foram significativos em todos os países (Mcright, 2015)

Outro estudo, realizado na Grã-Bretanha apresentou resultados semelhantes, com a predominância do ceticismo climático superior em indivíduos mais velhos, de perfis socioeconómicos mais baixos, com valores tradicionais e perfil político conservador (Poortinga, 2011).

Relativamente à UE, esta tem-se apresentado de forma menos cética e mais progressista no que toca à política climática e apesar de haver relação entre partidos políticos e visão relativa às alterações climáticas, esta aparenta ser mais débil e a estrutura menos clara. Mcright (2015), através da utilização de dados do Eurobarómetro, encontrou evidências de diferentes comportamentos entre a Europa ocidental, onde os indivíduos que se identificam de direita possuíam menor probabilidade de acreditar nas alterações climáticas de origem antropogénica quando comparadas com indivíduos que se identificavam de esquerda. Nos antigos países comunistas, não se encontrou tal divisão e relação. Esta diferença pode ser justificada com uma compreensão diferenciada entre regiões do que é a divisão ideológica entre esquerda e direita ou ainda baixa relevância da temática das alterações climáticas nestes países.

Mais recentemente, Fisher et al. (2022) concluíram que existe indicação que nos países da Europa ocidental, indivíduos com opiniões diferentes em relação às alterações climáticas votam em partidos diferentes, com os votantes dos partidos verdes a possuir uma consciencialização climática superior aos votantes em partidos economicamente de esquerda e socialmente liberais. De acordo com a informação obtida, dois terços dos eleitores dos partidos verdes acreditam que a mudança climática é de origem antropogénica, contrapondo com apenas 1 terço dos eleitores de direita populista. Relativamente aos partidos mais centristas, existe uma diferença de 12% relativamente à preocupação com as alterações climática, contrapondo 38% dos eleitores do partido social-democrata com 26% de eleitores conservadores tradicionais.

É importante compreender o papel fulcral que os partidos climáticos assumem na política climática, visto que a competição partidária tolda o que é a política nacional, a criação de políticas públicas no âmbito do combate às alterações climáticas e na influência na atitude do público. Yin (1999) encontra forte correlação entre influência das elites políticas na atitude e na consciência ambiental do público.

Por outro lado, Knill et al. (2010) encontraram evidências de que o número de políticas com carácter ambiental era influenciado pelas preferências dos partidos políticos, através de um estudo onde foi concluído que em países pertencentes à OCDE, o número de políticas adotadas era afetado

positivamente com partidos governamentais que adotam posições pró-ambientalistas. Um ano mais tarde, Jensen e Spoon (2011) encontraram correlação entre governos mais ambientalista e resultados mais convergentes em relação ao cumprimento do Protocolo de Quioto.

Para além da literatura académica, existem diversos projetos, onde são explorados e apresentados resultados relativamente ao posicionamento dos partidos políticos face às alterações climáticas. No caso da ONG Ambientalista Zero, divide os partidos com representação no Parlamento Europeu em três grupos: Defensores, Retardadores e Dinossauros, através da avaliação do comportamento de voto de deputados europeus em relação a questões relacionadas com a energia e o clima. O Bloco de Esquerda obteve uma classificação de muito bom (84%), seguido do Partido Socialista, que por sua vez, possui um resultado acima da média. O Partido Social-Democrata e o Partido Popular foram classificados de dinossauros, com 13,5 e 6%, respetivamente. Esta análise acompanha a literatura académica, com os partidos de direita a adotarem posições céticas no posicionamento contra o aquecimento global. A nível internacional, a base de dados do “*Comparative Manifesto Project*” (CMP), envolve a codificação de conteúdos presentes nos manifestos partidários e inclui uma categoria ambiental (não de alterações climáticas).

Farstad (2017) encontra que os partidos “*mainstream*” não fazem das alterações climáticas um assunto proeminente, e apesar de incorporarem a temática das alterações climáticas nos programas políticos, a ideologia esquerda-direita é a característica partidária com mais relevância para explicar a variação da relevância partidária.

Metodologia

3.1. Descrição geral da abordagem e dos procedimentos

À semelhança de bibliografia, mais concretamente do artigo “*Political parties and climate policy: A new approach to measuring parties’ climate policy preferences*” (Carter et al., 2018), este estudo pretende aprofundar a relevância dada ao combate às alterações climáticas pelos diferentes partidos políticos portugueses tendo como base uma matriz de expressões-chave. Assumimos que a proporção de um documento eleitoral dedicado a um determinado conteúdo está correlacionada de forma diretamente proporcional com a relevância e preferências políticas desse tópico, nesse partido. A utilização de manifestos tem como benefício serem documentos oficiais representativos das orientações e preferências políticas do partido.

Esta dissertação adotará duas abordagens. Por um lado, serão analisados qualitativamente os manifestos do último ato eleitoral considerado e de seguida, uma abordagem quantitativa onde serão realizadas análises numéricas aos resultados obtidos. Não se pretende analisar um grupo restrito, nem analisar comportamentos, mas sim estudar e comparar uma elevada quantidade de expressões e palavras presentes numa matriz previamente definida, nos diferentes manifestos.

Como base de análise, serão utilizados os programas eleitorais das legislativas desde 2015, correspondente ao ano do Acordo de Paris, mais concretamente os anos de 2015, 2019 e 2022.

A contagem da frequência de certas palavras nos manifestos políticos é um mecanismo inovador de analisar o posicionamento de um determinado partido em relação às alterações climáticas. Este método de análise providencia uma forma de medição quantitativa da relevância desta temática nos diferentes partidos políticos. Esta abordagem tem as suas limitações, como a potencial parcialidade na escolha da matriz de palavras e o facto de que a frequência de certas palavras não estar necessariamente correlacionada com a relevância dada a um certo tópico. Apesar destas limitações, é um método que permite identificar padrões e tendências.

Com base na revisão bibliográfica apresentada anteriormente, serão testadas três hipóteses.

H1: Os partidos de esquerda atribuem uma maior relevância às alterações climáticas do que os partidos de direita.

H2: Os partidos verdes são os partidos que atribuem uma maior relevância às alterações climáticas.

H3: Desde Acordo de Paris em 2015, houve um aumento da relevância das questões ambientais em todos os partidos políticos portugueses.

Inicialmente, tendo em consideração os resultados nas eleições para a Assembleia da República, mais concretamente, os deputados eleitos por partido político ou coligação, foram definidos quais os diferentes partidos a analisar. Posteriormente foi desenvolvida a matriz comparativa a utilizar, explicitando as diferentes categorias, palavras e expressões-chave. No desenvolvimento dos resultados, foi realizada a contabilização destas categorias, palavras e expressões-chave nos diferentes programas eleitorais e retiradas conclusões sobre a relevância das alterações climáticas nos diferentes partidos ao longo dos anos, assim como concluir sobre a relevância das alterações climáticas dentro do mesmo partido ao longo dos anos, refutando ou confirmando as hipóteses anteriores.

3.2. Escolha dos partidos políticos portugueses

Sendo Portugal uma democracia representativa, os portugueses possuem o direito de voto único, pessoal, direto, presencial, secreto e universal no sufrágio dos dois órgãos de soberania do sistema eleitoral português: presidência portuguesa e as eleições legislativas. Adicionalmente, estão sujeitas a sufrágio os deputados ao parlamento europeu, os órgãos das autarquias locais e ainda as assembleias legislativas das regiões autónomas (CNE, s.d.).

Atualmente, a Assembleia da República é composta de 230 deputados, sendo que a constituição portuguesa permite uma composição que pode variar entre os 180 e os 230 deputados. Enquanto câmara de Deputados eleitos por sufrágio universal, estes são eleitos de acordo com as listas apresentadas pelos diversos partidos e coligações, em cada circuito eleitoral. Após serem eleitos, representam o país como um todo e estão sujeitos a um mandato de 4 anos, correspondendo a uma legislatura. (Parlamento, s.d.)

Para além da inerente função de representação da população portuguesa (não excluindo os não eleitores, abstencionistas e os que não deram suporte eleitoral aos deputados eleitos), a Assembleia da República possui ainda funções legislativas em matérias pré-determinadas (todas excetuando a organização e o funcionamento do governo), de acordo com o Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007. A Assembleia possui ainda competências de fiscalização dos atos do executivo e da administração, garantindo o cumprimento da constituição e das leis. Adicionalmente, possui funções no âmbito do testemunho na tomada da posse da Presidência da República e ainda a decisão sobre a suspensão de membros do executivo para seguimento de procedimento criminal (Assembleia da República, s.d.).

RESULTADOS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: ELEITOS POR PARTIDO POLÍTICO OU COLIGAÇÃO

O gráfico ilustra a distribuição dos deputados eleitos na Assembleia da República portuguesa ao longo de quase cinco décadas. A CDU mantém uma presença consistente, especialmente a partir de 2005. O PS teve um pico histórico em 1987. Partidos como o AD e o PSN tiveram períodos de grande sucesso nos anos 70 e 80. A entrada em cena do BE em 2015 e o crescimento do PPD/PSD a partir de 2015 são notáveis. A maioria dos partidos, no entanto, representa uma pequena fração dos deputados eleitos na maioria das eleições.

Partido/Coligação	1975	1976	1978	1980	1982	1984	1986	1987	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2022
AD	30	40	120	125	5	45	5	45	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
CDU	115	105	75	10	100	55	60	70	75	110	115	115	115	115	115	95	95	75	80	85	105	110	115	120	120	
MDP/CDE	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
PPD/PSD.CDS-PP	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
Outros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
ADIM	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
CH	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
FRS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
PAN	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
PCP	15	40	5	5	30	20	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
PS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
BE	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
IL	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
PCP-PEV	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
PSN	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
CDS-PP	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
L	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
PPD/PSD	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
UDF	5	5	5																							

Tendo em consideração o supramencionado, os partidos políticos portugueses a ser estudados serão o BE, CDS-PP, CH, IL, L, PAN, PCP-PEV, PPM, PS e PSD.

Este estudo terá como base os programas eleitorais e os debates realizados durante as três eleições legislativas ocorridas desde 2015. Ao longo desse período foram disponibilizados 23 programas eleitorais.

Mais concretamente, foram encontrados os três programas de 2015, 2019 e 2022 do BE, CDS-PP, L, PCP-PEV, PSD e PS. Tendo em consideração que a data de inscrição do partido CH foi no dia 9 de abril de 2019 e a Iniciativa Liberal a 13 de dezembro de 2017, nenhum dos partidos possui programa eleitoral prévio a essa data. Por outro lado, a coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM não apresentou programa eleitoral conjunto. Serão alvo de contabilização os programas eleitorais do PPD/PSD e CDS-PP, sendo que o PPM não apresentou programas eleitorais ao público para nenhuma das eleições legislativas.

Adicionalmente, foi requisitado ao PAN no dia 17 de setembro de 2022 o programa eleitoral das eleições legislativas de 2015 (eleições nas quais participaram), pedido este que não obteve resposta.

3.4. Matriz das palavras-chave

Recuperando as metas nacionais de Portugal para o horizonte 2030, estas dividem-se em cinco áreas, mais concretamente emissões, eficiência energética, renováveis, renováveis nos transportes e interligações elétricas (ver tabela 1) e ainda as subcategorias “*core*” pró-climáticas do artigo de Carter et al. (2018), mais concretamente, pró ambiente, pró-política climática, pró energia e transporte baixo em carbono, pró-eficiência energética e pró sumidouros de carbono, definiu-se a matriz a utilizar.

Serão contabilizadas todas as referências a termos transversais às diferentes categorias, como é o caso do ambiente, descarbonização, neutralidade carbónica, baixo carbono, economia circular, ambiente, gases de efeito de estufa, transição energética e biodiversidade.

No caso da política climática, recuperando a bibliografia mencionada, incluiu-se a referência ao protocolo de Quioto, conferência de Copenhaga, Acordo de Paris, Conferência de Glasgow, PNAC, CAC, ENAAC, FPC, QEPiC, PNEC, RNC2050, Pacto ecológico europeu e ainda a Lei de Bases do Clima. No caso das energias renováveis, utilizou-se expressões-chave correspondentes às energias renováveis mencionadas no PNEC 3030, mais concretamente, hidrogénio verde, energia eólica, energias renováveis hídricas, geotérmica, solar (solar fotovoltaico) e biomassa. No transporte baixo em carbono inclui-se a referência aos veículos elétricos, rede de carregamento, ciclovias e transportes públicos. No caso da eficiência energética será importante contabilizar expressões que incluam equipamentos mais eficientes, substituição de equipamentos elétricos ineficientes, gestão do consumo energético, SGCEE e menção à certificação energética. No caso dos sumidouros de carbono, contabilizar-se-á a referência às florestas, matos e solo.

Tabela 1 -Metas nacionais de Portugal para o horizonte 2030

EMISSIONES (sem LULUCEF; em relação a 2005)	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	RENOVÁVEIS	RENOVÁVEIS NOS TRANSPORTES	INTERLIGAÇÕES ELÉTRICAS
-45% a -55%	35%	47%	20%	15%

Utilizando a matriz desenvolvida (ver Anexo), será realizada a contabilização da frequência das palavras-chaves, as variáveis deste estudo, nos diferentes programas eleitorais mencionados no subcapítulo 3.3. A partir do resultado obtido, realizou-se a divisão desta frequência por área temática e ainda a análise desta divisão por partido, ao longo dos anos.

De seguida, realizou-se uma análise da quantificação da frequência das palavras-chaves nos diferentes partidos ao longo dos anos e a partir daí, confirmar ou refutar as hipóteses propostas. Esta análise permitirá adicionalmente identificar tendências e padrões e a partir daí, retirar ilações sobre a relevância do tópico das alterações climáticas para os diferentes partidos políticos portugueses.

CAPÍTULO 4

Resultados & Discussão

A relação entre a orientação esquerda/direita de um determinado partido político e o seu posicionamento em relação às alterações climáticas pode variar de acordo com a evidência científica existente. Tal como mencionado anteriormente, em geral os partidos políticos de esquerda tendem a priorizar a mitigação das consequências das alterações climáticas e o apoio às políticas de desenvolvimento sustentável, assim como políticas direcionadas para a descarbonização e incentivo às energias renováveis. Por outro lado, os partidos políticos à direita são mais céticos às causas e impactos das alterações climáticas, tendendo à priorização de políticas de crescimento económico em deterioramento da ação climática. É importante mencionar que esta temática está a tornar-se progressivamente mais relevante ao longo dos anos, e que esta correlação entre orientação esquerda/direita e o posicionamento em relação às alterações climáticas pode não ser igualmente evidente, nos diferentes partidos políticos e países.

Este capítulo iniciar-se-á com uma descrição generalizada dos conteúdos dos manifestos, com a distribuição por área, da frequência das palavras-chave ao longo de todos os partidos e todos os anos. De seguida, passar-se-á para a comparação de frequências normalizadas e absolutas entre os partidos nos diferentes anos e por fim, irá analisar-se a evolução ao longo dos anos dentro de cada partido.

Relativamente aos resultados da frequência das palavras-chave ao longo de todos os partidos e todos os anos, a quantificação dividiu-se de acordo com o gráfico seguinte (Figura 7).

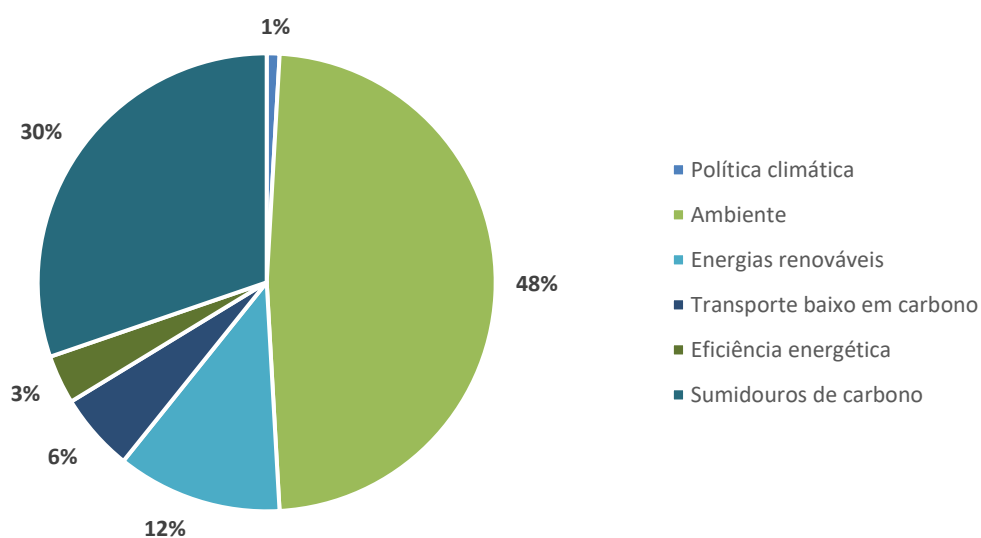


Figura 5 - Divisão de frequência de palavras-chave por área.

De igual forma que a área do ambiente em geral e dos sumidouros de carbono se encontram como as áreas com maior frequência, as palavras-chave mais utilizadas encontram-se nessas áreas, mais concretamente, “floresta”, seguida de “sustentabilidade”, “agricultura” e de seguida, “ambiente”, “alterações climáticas” e “emissões”.

Apesar do ponto de vista macro, esta divisão não se mantém igual para todos os partidos. No gráfico abaixo (ver Figura 8), é possível verificar a divisão da frequência das palavras-chave por ano, área e partido.

Relativamente ao BE, a repartição por área mantém-se constante e diversificada ao longo dos anos, com pequenas variações na percentagem de eficiência energética e transporte baixo em carbono. As áreas com uma maior percentagem são ambiente e sumidouros de carbono, tal como no global. As palavras-chave com maior frequência são “floresta” e “sustentabilidade”.

No manifesto eleitoral de 2022, o BE apresenta dois capítulos relacionados diretamente com a temáticas das alterações climáticas, mais concretamente a democratização da energia para responder às alterações climáticas e à pobreza energética e a adaptação da produção e do território às alterações climática, onde são apresentadas mais de 100 medidas nas diversas áreas (desde o transporte baixo em carbono até à proteção da biodiversidade).

Em termos práticos, o manifesto eleitoral do partido Chega em 2022 não apresenta objetivos concretos em relação ao combate às alterações climáticas, ao contrário de outros partidos como é o caso do CDS-PP e CDU. O partido Chega possui apenas duas áreas de frequência, mais concretamente, ambiente e sumidouros de carbono. Os programas eleitorais são pouco extensivos e o número total de palavras limitadas, o que dificulta a comparação com os restantes programas eleitorais (como é o caso do PSD e PS, que em diferentes anos possuem o décuplo do número total de palavras). As palavras com maior frequência são “floresta” e “ambiente”. O manifesto do Chega não menciona palavras relacionadas com energias renováveis, transporte baixo em carbono, eficiência energética ou política climática. No manifesto eleitoral deste partido em 2022 existe apenas a menção à necessidade de defesa do mundo rural, promoção da agricultura e pesca e um ponto relativo à necessidade de conservação e preservação da natureza.

O CDS-PP, por outro lado, apresentou cerca de nove medidas em duas áreas, mais concretamente, o compromisso dos custos de contexto e o compromisso ao mundo rural, mar e natureza. O manifesto menciona diversas medidas desde a temática da economia circular com a taxa reduzida para produtores que valorizem resíduos, e por outro lado, a necessidade de compromisso com o mundo rural, mar, expressando a necessidade de assegurar a sustentabilidade de extração e consumo equilibrando a produção da natureza. Menciona ainda a necessidade de sistemas logística para a recolha de biomassa e expressa a necessidade de Portugal respeitar as diretivas ambientais e descarbonização, apresentando medidas mais objetivas e diversificados do que o partido Chega.

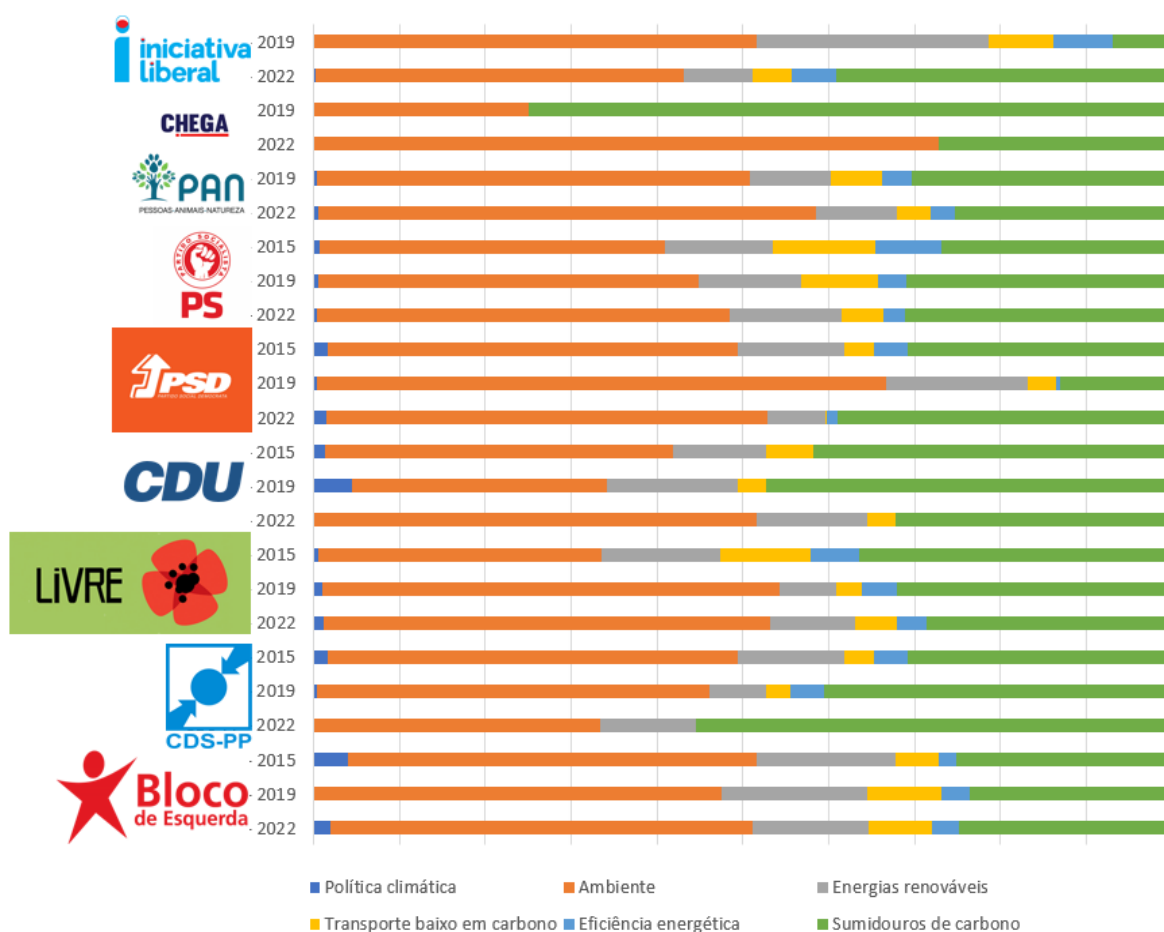


Figura 6 - Distribuição da frequência das palavras-chave pelas diferentes áreas, ao longo dos anos, nos diferentes partidos políticos

O CDS-PP no manifesto de 2022 coloca o entrave de que metas mais ambiciosas na temática das alterações climáticas apenas devem ser definidas caso se traduzam em benefícios económicos e aumento de competitividade (paralelismo com a literatura, em que direita privilegia avanços económicos em deterioramento aos avanços ambientais). Para além disto, comparando com anos anteriores, para além de diminuir a frequência das palavras-chave, diminuíram as áreas abordadas ao longo dos programas eleitorais. Em 2015 e 2019, a frequência encontrava-se distribuída ao longo das diferentes áreas, enquanto em 2022, a frequência encontrava-se distribuída entre a área do ambiente, energias renováveis e sumidouros de carbono. sendo as palavras de maior frequência "floresta" e "agricultura".

De uma forma geral, a CDU apresentou medidas no âmbito de promoção de um ambiente saudável, preservação dos ecossistemas naturais e da biodiversidade. O manifesto possui sete medidas, que apesar de não serem mensuráveis, demonstram uma diversidade de possíveis áreas de ação, desde a adoção de um plano energético nacional, menção à eficiência energética, adoção de

medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas. As temáticas com uma maior frequência de palavras-chave são a área dos sumidouros de carbono, ambiente e energias renováveis e as palavras-chave de maior frequências são “floresta”, “agricultura”, “sustentabilidade” e “ambiente”.

Relativamente ao Partido Socialista, os manifestos acompanham a tendência global. Mais concretamente, com ambiente na área mais mencionada, seguida dos sumidouros de carbono, energias renováveis, transporte baixo em carbono, eficiência energética e política climática. As palavras mais utilizadas, ao longo dos anos, foram “floresta”, “sustentabilidade”, “agricultura”, “renovável” e “eficiência energética”. Relativamente ao manifesto eleitoral de 2022, este apresenta mais de 100 medidas para o combate às alterações climáticas, em sete áreas diferentes desde a transição climática, aposta no potencial do mar e a reforma da floresta.

O Livre segue igualmente a tendência global na divisão da frequência das suas palavras. Mais concretamente, ambiente, sumidouros de carbono seguidos da área das energias renováveis. As palavras mais utilizadas foram “floresta”, “agricultura”, “sustentabilidade”, “ambiente” e “biodiversidade”. O manifesto eleitoral de 2022, coaduna com os resultados de frequência e dispersão em termos de temática, i.e., apresentam mais de 100 medidas em seis áreas diferentes desde a coesão territorial à questão da emergência global e energia.

Relativamente ao PSD, apresenta como as áreas de maior frequência de palavras-chave a área do ambiente, seguida dos sumidouros de carbono, energias renováveis e eficiência energética, sendo as palavras mais utilizadas, “floresta”, “agricultura”, “ambiente” e “sustentabilidade”. Ao estudar o manifesto eleitoral de 2022 deste partido é ressaltado diversas vezes a necessidade de assumir a ação climática como prioridade efetiva, bem como a necessidade de estudar a antecipação do horizonte para a neutralidade carbónica para 2045. São ainda abordadas diversas temáticas, desde a revisão constitucional “verde”, necessidade do estabelecimento de um programa de eficiência e suficiência energética perfazendo mais de 100 medidas apresentadas.

A Iniciativa Liberal, apresentou mais de 50 medidas no manifesto eleitoral de 2022, no âmbito de diversas áreas desde a agricultura e florestas, política ambiental e transição energética. As áreas de maior frequência foram a área do ambiente, sumidouros de carbono, energias renováveis, eficiência energética e transporte baixo em carbono com as palavras mais utilizadas “floresta”, “sustentabilidade” e “agricultura”.

O PAN no manifesto eleitoral de 2022 apresentou mais de 150 medidas em 20 áreas diferentes, desde a agricultura e pecuária e combate às alterações climáticas. As áreas de maior frequência são ambiente, sumidouros de carbono, energias renováveis e transportes baixo em carbono, com as palavras mais utilizadas sendo “floresta”, “agricultura”, “sustentabilidade” e “ambiente”.

Concluindo, o partido do Chega e o CDS-PP foram os partidos com uma distribuição mais pobre nas diferentes áreas de utilização das palavras-chave. Ao contrário dos restantes partidos que se apresentam com áreas de ação diversificadas, como é o caso do PS e PSD.

Passando para a análise quantitativa, agregou-se a informação dos diferentes partidos em diferentes intervalos temporais, e procedeu-se à construção de gráficos, onde as barras representam o valor em termos absoluto e a linha de tendência a tracejado representa o valor em termos normalizadas, onde se dividiu o valor absoluto pelo número total de palavras do manifesto. Nos gráficos seguintes (Figura 6) organizou-se os diferentes partidos por valores decrescentes de valores normalizados.

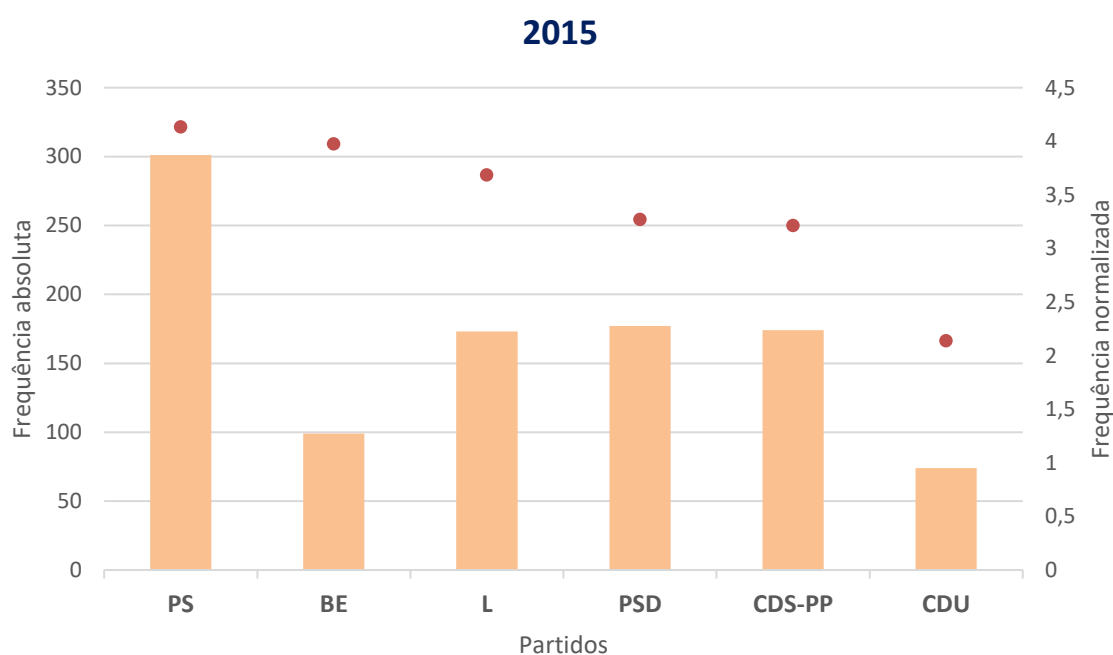




Figura 7- Frequência absoluta e normalizada dos diferentes partidos nos diferentes anos

De acordo com os resultados, em 2015, os partidos com maior frequência normalizada foram o PS, BE e L, seguidos dos partidos de direita, mais concretamente, o PSD e o CDS. O partido com menor frequência normalizada e absoluta foi a CDU. Em 2015, houve uma clara cisão entre esquerda e direita, com os partidos de esquerda e centro-esquerda a posicionarem com resultados mais positivos consequentemente, demonstrando uma maior relevância da temática das alterações climáticas do que os partidos de direita e centro-direita (excetuando a CDU).

No intervalo temporal seguinte, em 2019, os partidos com maior frequência normalizada foram o PS, L e PAN, seguidos do BE, PSD e CDS-PP, com o CDU, IL e Chega a ocuparem as últimas posições. Nesta eleição legislativa, houve novamente uma cisão clara do que são os partidos de direita e esquerda. Os resultados estão alinhados com a literatura, os partidos de esquerda e centro-esquerda a demonstrarem uma maior relevância do que os partidos de direita e centro-direita, com os partidos de direita e extrema-direita a ocuparem os últimos lugares – CDS-PP e Chega (excetuando novamente a CDU).

Em 2022, os partidos com maior frequência normalizada foram o L, seguido do PSD e o PS. Seguidos do PAN, BE, Chega, CDU, CDS-PP e IL. Este foi o primeiro ano, em que houve um partido de direita nos primeiros três partidos com maior frequência normalizada. Apesar deste resultado estar em linha com as eleições de 2019 e 2015, com os partidos de esquerda com resultados de frequência normalizada superiores ao dos partidos de direita, é interessante ver a evolução positiva destes últimos, mais concretamente, centro-direita – PSD – com um resultado progressivamente melhor, demonstrando um incremento na incorporação da temática nos manifestos e um aumento na relevância da temática no partido ao longo dos anos.

Relativamente à frequência normalizada, o Partido Socialista apresentou-se como o partido com melhor resultado em nas eleições de 2015 e 2019, e como terceiro melhor em 2022, tendo sido ultrapassado pelo partido social-democrata e pelo Livre. Por outro lado, o Livre apresentou-se como o partido com a maior frequência em 2022, o segundo melhor em 2019 e o terceiro melhor em 2015.

Por fim, é igualmente importante ressaltar que o PSD e o Chega foram os partidos com melhor evolução de 2019 a 2022, sendo um indicador da incorporação do combate às alterações climáticas como uma prioridade nas agendas dos partidos de direita.

Concluindo, desde 2015, os partidos de esquerda encabeçaram a maioria dos partidos com maior frequência normalizada, em conjunto com o partido de centro-direita, PSD. Os partidos de direita, ao longo dos anos, aparentam ter incorporado a temática das alterações climáticas, vindo a sua posição e frequência a melhorar ao longo dos anos. Pode-se então afirmar que a primeira hipótese (**H1**: Os partidos de esquerda atribuem uma maior relevância às alterações climáticas do que os partidos de direita) foi confirmada pelos resultados deste estudo.

Ao contrário do que indicado pela literatura, os partidos verdes, neste caso o PAN e o PEV (coligado com o PCP), não encabeçaram em nenhum ano a listagem dos partidos com maior frequência normalizada. Mais concretamente, o PAN encontrou-se como o terceiro melhor classificado em 2019 e em quarto lugar em 2022. Por outro lado, o CDU esteve na antepenúltima posição nas duas últimas eleições e como o partido com menor frequência de palavras em 2015. Assim, de acordo com os resultados obtidos, a segunda hipótese (**H2**: Os partidos verdes são os partidos que atribuem uma maior relevância às alterações climáticas) não foi confirmada.

A coligação CDU foi dos piores classificados ao longo dos anos. Em 2015, foi o partido com uma menor frequência de palavras-chave e em 2019 e 2022, foi o antepenúltimo partido com menos frequência. A IL, à semelhança do CDU, ficou como pior classificado em 2019 e penúltimo em 2022. O Chega, em 2019, foi o partido com menor frequência de palavras-chave, porém em 2022, subiu três lugares, tendo ultrapassado a CDU.

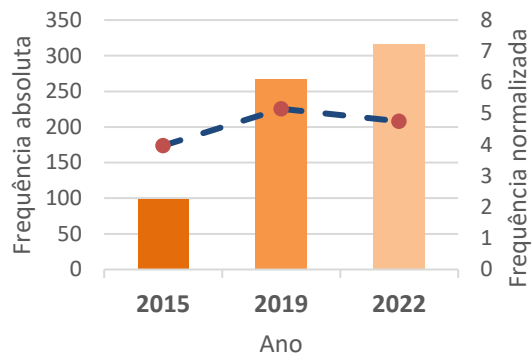
Com esta informação, é possível assinalar que este método de análise quantitativo possui algumas limitações. Apesar de permitir retirar certas ilações gerais sobre o posicionamento esquerda/direita e a correspondente relevância dada pelos diferentes partidos à temática das alterações climáticas, uma análise qualitativa dos manifestos de 2022 permite verificar que esta relação não é linear, nem proporcional quando comparando dois partidos com frequências semelhantes. Neste último caso dos partidos que pior se classificaram em 2022, uma análise mais aprofundada demonstra que apesar do Chega se ter melhor classificado que o CDU, CDS-PP e IL, este resultado pode ser questionado quando se analisa em detalhe a qualidade e quantidade de medidas proposta no âmbito do combate às alterações climáticas. Por um lado, a Iniciativa Liberal, apesar de se encontrar nos piores classificados, em ambas as eleições, apresentou mais de 50 medidas no manifesto eleitoral de 2022, no âmbito de diversas áreas e por outro, o CDU e o CDS-PP apesar de pior classificado em 2022, uma análise qualitativa demonstra medidas mais objetivas e diversificados do que o partido Chega.

Concluindo, é verificável uma clara cisão entre os partidos de esquerda e direita (ver figura 6). O partidos de esquerda apresentam-se como os melhor classificados em termos de frequências das palavras-chave em todas as eleições eleitorais estudadas, o que pode indicar uma maior relevância dada à temática do combate às alterações climáticas por estes partidos em detrimento dos partidos de direita. Este resultado coaduna-se com a literatura que afirma que países de direita são mais céticos às causas e impactos das alterações climáticas, tendendo à priorização de políticas de crescimento económico em deterioramento da ação climática.

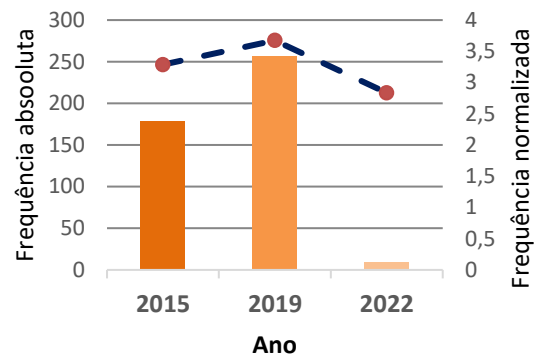
Por fim, tal como mencionado anteriormente (ver Capítulo 3 – Metodologia), realizou-se uma contabilização absoluta e normalizada da frequência das palavra-chave, agregando-se os resultados por partido, ao longo dos diferentes anos (ver figura 5).

No gráfico de barras (Figura 5), encontram-se os valores absolutos (i.e. a quantidade de vezes que uma determina palavra foi empregue), e no gráfico de linhas (a tracejado) foram contabilizados os valores normalizados (valor absoluto/número total de palavras do manifesto desse ano). Este exercício foi realizado para os diferentes partidos em estudo nos três exercícios eleitorais considerados (2022, 2019 e 2015), quando os dados assim o permitiram.

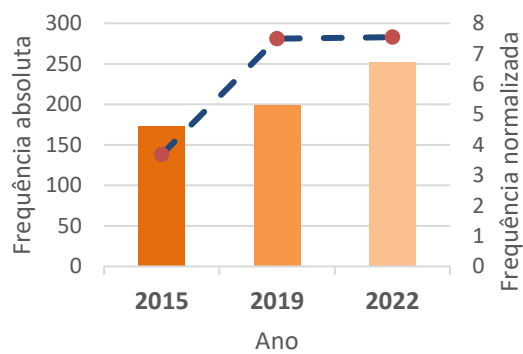
Bloco de Esquerda



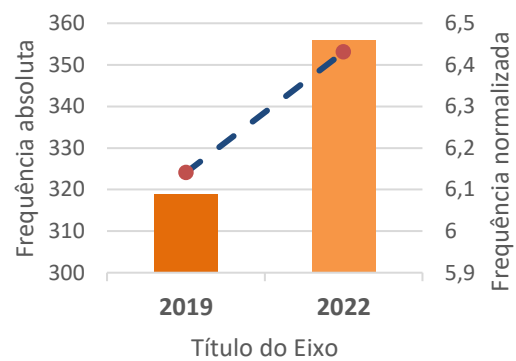
CDS-PP



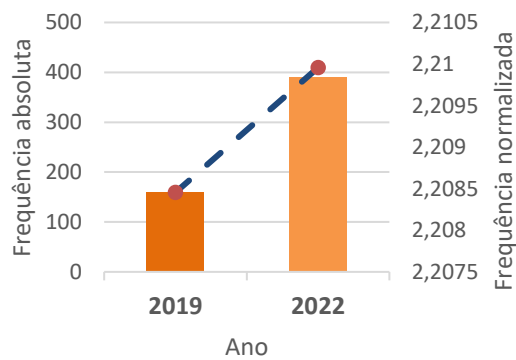
Livre



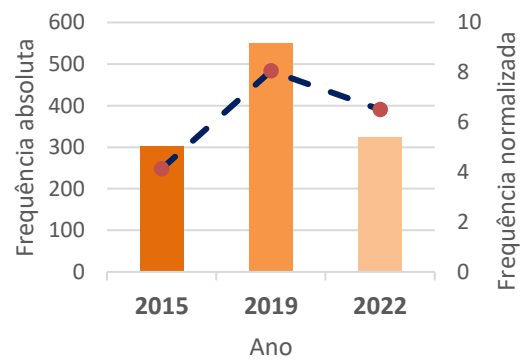
PAN



IL



PS



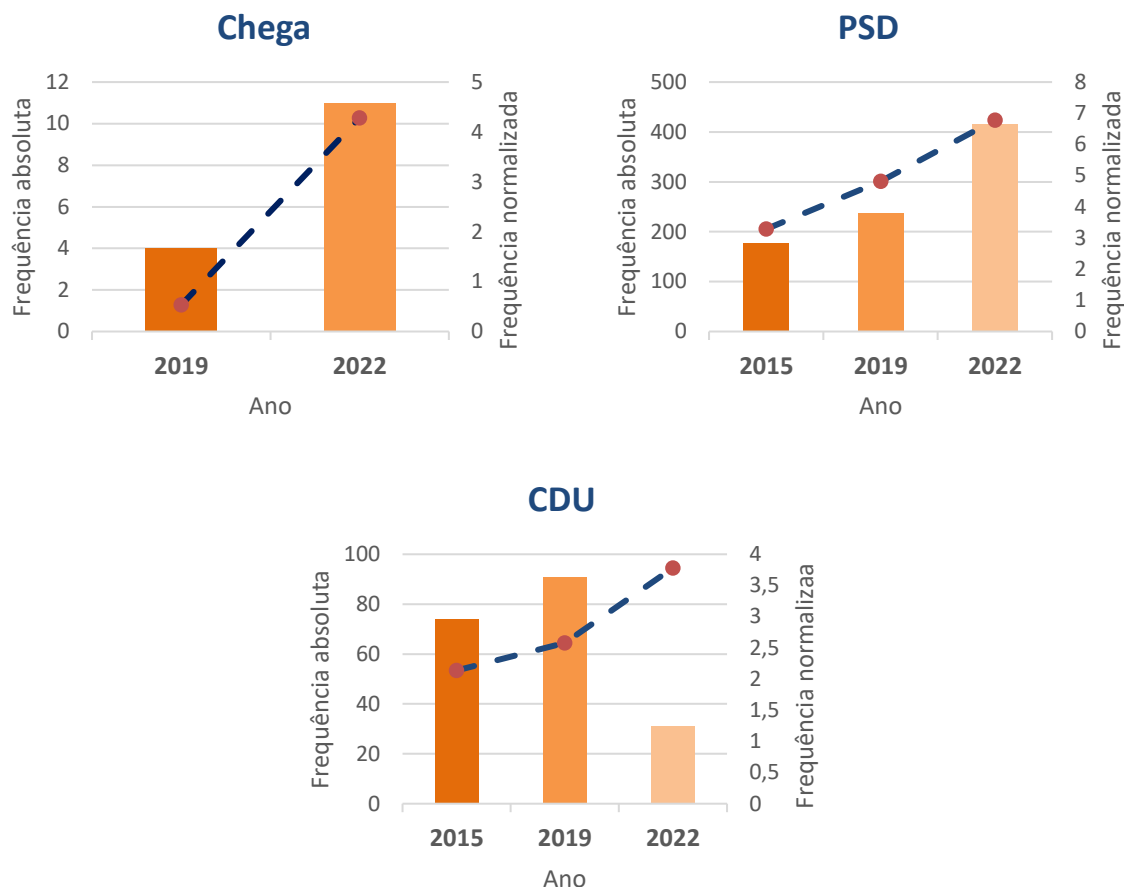


Figura 8 - Frequência absoluta e normalizada nos diferentes partidos ao longo dos anos

Dos 9 partidos e coligações estudados, todos aumentaram a frequência em termos normalizados desde 2015 a 2019 (à exceção da IL e Chega que há data da eleição legislativa de 2015 ainda não tinham sido fundados).

De 2019 a 2022, a tendência de aumento de frequência não foi igualmente uniforme. Dos 9 partidos e coligações estudados, 3 diminuíram a frequência normalizada, mais concretamente, o BE, PS e o CDS-PP.

Tendo em consideração os resultados, consegue-se aferir que dos 9 partidos e coligações estudados, todos os partidos aumentaram a frequência normalizada em 2022 em comparação a 2015, à exceção do CDS-PP que viu o valor normalizado diminuir de 3,3 para 2,8.

Como tal, a terceira hipótese colocada (**H3**: Desde Acordo de Paris em 2015, houve um aumento da relevância em todos os partidos políticos portugueses) não foi confirmada, tendo em consideração o previamente mencionado relativamente aos resultados obtidos pelo CDS-PP. Um dos pontos importantes de ressaltar é que o valor de referência do partido de 2015 refere-se ao resultado da “Coligação Portugal à frente”, onde o CDS-PP se coligou com o partido de centro-direita português – PSD. Este último apresenta-se nos anos de 2019 e 2022 com valores de frequência acima do CDS-PP,

podendo ser indicativo da maior relevância do tópico das alterações climáticas no partido e como tal, uma influência positiva no sentido de aumentar a frequência normalizada nesse manifesto partilhado. Outra justificação é a diminuição da relevância da temática para o partido, quer se deva à mudança da presidência do CDS-PP, em 2019, o aparecimento da pandemia ou qualquer outro factor que tenha modificado as prioridades. Realizando paralelismo com a literatura, é interessante ressaltar que o único partido que viu a frequência diminuir de 2015 a 2022 foi um partido de direita (que adotam uma posição mais cética às causas e impactos das alterações climáticas, tendendo à priorização de políticas de crescimento económico). Em todos os restantes partidos, existe um resultado crescente e positivo de 2015 a 2022.

Esta clara evolução positiva da frequência das palavra-chave desde 2015 nos diferentes partidos políticos portugueses indica uma maior relevância atribuída a esta temática desde o Acordo de Paris. Esta evolução é comum, independentemente da orientação esquerda/direita dos partidos.

Conclusões

Ao longo dos anos houve uma crescente preocupação pelas consequências devastadoras causadas pelas alterações climáticas. Estas, por sua vez, são consequência das disrupções antropogénicas aos ciclos e fluxos naturais de energia terrestre. Algumas destas disrupções são então a produção do dióxido de carbono, responsável por mais de 60% do aumento do efeito de estufa com a queima de combustíveis fósseis e a desflorestação, por exemplo. Com as alterações climáticas surgem também desacelerações nas economias dos países, aumento dos fluxos migratórios e o surgimento de potenciais conflitos, consequências que colocam em risco a segurança e a paz do projeto europeu (Gama, 2019).

A política climática global e europeia passou por diversos eventos tais como o Protocolo de Quioto, o Protocolo de Copenhaga em 2005, o acordo de Paris em 2015 e ainda, em 2021, a COP-26 em Glasgow. Ao longo destes eventos, foram muitas as evoluções que ocorreram. Desde o término de conflitos distributivos sobre a carga da redução da emissão dos gases de efeito de estufa, até à mudança de metas juridicamente vinculativas para compromissos voluntários de redução das emissões dos diferentes estados-membros (Falkner, 2016).

Destas evoluções surgiram diferentes metas e objetivos a cumprir em termos de redução de emissão dos gases de efeito de estufa e aumento da eficiência energética, assim como objetivos em termos de transporte e energias renováveis. A eficiência da adoção das políticas mitigadoras das alterações climáticas que advêm destas políticas europeias, depende fortemente dos partidos políticos de cada país e da relevância das alterações climáticas (Carter et al., 2018).

Este trabalho insere-se na lacuna encontrada na literatura portuguesa, na medição e mensuração da relevância das alterações climáticas, para os diferentes partidos políticos portugueses, mais concretamente, de 2015 até à atualidade. Como tal, este estudo baseia-se numa análise qualitativa dos manifestos eleitorais de 2022 e uma análise quantitativa da frequência de palavras-chave (presentes numa matriz previamente definida) relativas ao combate às alterações climáticas nos diferentes manifestos eleitorais, nas legislativas de 2015, 2019 e 2022, dos diferentes partidos políticos portugueses. Esta análise quantitativa permitiu analisar tendências dentro do próprio partido ao longo dos anos, assim como servir de base para comparação interpartidária de resultados.

Tendo em consideração a revisão bibliográfica, foram definidas três hipóteses, **H1**: Os partidos de esquerda atribuem uma maior relevância às alterações climáticas do que os partidos de direita, **H2**: Os partidos verdes são os partidos que atribuem uma maior relevância às alterações climáticas e por

fim, **H3**: Desde Acordo de Paris em 2015, houve um aumento da relevância em todos os partidos políticos portugueses.

A análise qualitativa dos manifestos eleitorais de 2022 permitiu concluir que o partido Chega e o CDS-PP foram os partidos com uma distribuição mais pobre nas diferentes áreas de utilização das palavras-chave. Ao contrário dos restantes partidos que se apresentam com áreas de ação diversificadas e uma quantidade considerável de ações propostas no âmbito do combate às alterações climáticas, como é o caso do PS e PSD.

Relativamente aos partidos com maior frequência de expressões-chave, o Partido Socialista apresentou-se como o partido valores mais elevados nas eleições de 2015 e 2019, e como terceiro melhor em 2022, tendo sido ultrapassado pelo partido social-democrata e pelo Livre. Por outro lado, o Livre apresentou-se como o partido com a maior frequência em 2022, o segundo melhor em 2019 e o terceiro melhor em 2015. O PSD e o Chega foram os partidos com melhor evolução de 2019 a 2022.

De uma forma geral, foi possível verificar uma divisão entre os resultados dos partidos de esquerda e direita. Os partidos de esquerda apresentam-se como os melhor classificados (com maior frequência normalizada de palavras-chave nos manifestos) em todas as eleições eleitorais estudadas, o que pode indicar uma maior relevância dada à temática do combate às alterações climáticas por estes partidos em deterioramento dos partidos de direita. Este resultado coaduna-se com a literatura, onde foram encontradas evidências que os partidos de direita são mais céticos às causas e impactos das alterações climáticas, tendendo à priorização de políticas de crescimento económico em detrimento da ação climática. A primeira hipótese (**H1**: Os partidos de esquerda atribuem uma maior relevância às alterações climáticas do que os partidos de direita) foi, portanto, confirmada.

Ao contrário do que indicado pela literatura, os partidos verdes, neste caso o PAN e o PEV (coligado com o PCP), não encabeçaram em nenhum ano a listagem dos partidos com maior frequência normalizada. Mais concretamente, o PAN encontrou-se como o terceiro melhor classificado em 2019 e em quarto lugar em 2022. Por outro lado, a CDU esteve na antepenúltima posição nas duas últimas eleições e como o partido com menor frequência de palavras em 2015. Assim, de acordo com os resultados obtidos, a segunda hipótese (**H2**: Os partidos verdes são os partidos que atribuem uma maior relevância às alterações climáticas) não foi confirmada.

Importante mencionar que os partidos de direita, ao longo dos anos, aparentam ter incorporado a temática das alterações climáticas, vendo a sua posição e frequência a melhorar ao longo dos anos.

Relativamente à análise de cada partido ao longo dos anos, consegue-se aferir que dos 9 partidos e coligações estudados, todos os partidos aumentaram a frequência normalizada em 2022 em comparação a 2015, à exceção do CDS-PP que viu o valor normalizado diminuir. Como tal, a terceira

hipótese colocada (**H3**: Desde Acordo de Paris em 2015, houve um aumento da relevância em todos os partidos políticos portugueses) não foi confirmada.

Concluindo, os resultados demonstram uma clara evolução positiva, nos diferentes manifestos eleitorais, da frequência das palavras-chave desde 2015 até 2022, e subsequentemente uma maior relevância atribuída, pelos diferentes partidos políticos portugueses a esta temática desde o Acordo de Paris. Esta evolução é comum, independentemente da orientação esquerda/direita dos partidos.

Fontes

- APA (2022). Roteiro. Retirado de: <https://descarbonizar2050.apambiente.pt/roteiro/>
- APA (s.d.). Protocolo de Montreal (ODS). Retirado de: <https://apambiente.pt/ar-e-ruído/protocolo-de-montreal-ods>.
- ClimateWatch (2022). Data Explorer. Retirado de: https://www.climatewatchdata.org/data-explorer/ndc-content?ndc-content-categories=unfccc_process&ndc-content-countries=All%20Selected&ndc-content-indicators=All%20Selected&ndc-content-sectors=All%20Selected&page=1
- Comissão Europeia (s.d.). Consequências das alterações climáticas. Retirado de: https://climate.ec.europa.eu/climate-change/consequences-climate-change_pt.
- European Commission. (2022). A European Green Deal. Retirado de: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en#thebenefitsoftheeuropeangreendeal
- FFMS. (2023). Net greenhouse gas emissions of the Land use, Land use change and Forestry (LULUCF) sector per capita. PORDATA – Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa. Retirado de: <http://www.pordata.pt>.
- FFMS. (2022). Resultados nas eleições para a Assembleia da República: eleitos por partido político ou coligação. PORDATA – Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa. Retirado de: <http://www.pordata.pt>.
- IPMA (2022). Situação de seca meteorológica. Retirado de: https://www.ipma.pt/pt/media/noticias/documentos/2022/Boletim_atualizacao_seca_IPMA_15jul2022.pdf.
- Ordem dos Engenheiros (2022). Programa Nacional para as Alterações Climáticas. Retirado de: <https://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/consultorio-juridico/emissao-de-gases-com-efeitos-de-estufa/programa-nacional-para-as-alteracoes-climaticas/>.
- Parlamento (2023). Competências. Retirado de: <https://www.parlamento.pt/Parlamento>.
- Parlamento (2023). Sistema eleitoral. Retirado de: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/SistemaEleitoral.asp>.
- Tribunal Constitucional (2023). Partidos Políticos. Retirado de: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/partidos.html>.
- Rodrigues, S. (2021). Relatório do estado do ambiente 2020/2021. APA. Retirado de: <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/rea/REA2020/REA2020.pdf>.
- UNFCCC (2015). Adoption of the Paris Agreement. Paris. Retirado de: <https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf>.
- UNFCCC (2020). Update of the NDC of the European Union and its Member States. Retirado de: https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/EU_NDC_Submission_December%202020_0.pdf.
- Zero (2019). Clima – Defensores, retardatários ou dinossauros?. Retirado de: <https://zero.org/noticias/clima-defensores-retardatarios-ou-dinossauros>.

Referências bibliográficas

- Almeida, T. (2020) A biomassa na transição energética em Portugal. CIES2020: As Energias Renováveis na Transição Energética: Livro de Comunicações do XVII Congresso Ibérico e XIII Congresso Ibero-americano de Energia Solar. Lisboa, Portugal: LNEG, 3-5 novembro, 2020, p. 677-683.
- Bailey, R., & Tomlinson, S. (2016). Post-Paris: Taking forward the global climate change deal. Chatham House for the Royal Institute of International Affairs.
- Bodansky, D., & Diringer, E. (2010). The evolution of multilateral regimes: implications for climate change (p. 23). Arlington, VA: Pew Center on Global Climate Change.
- Bodansky, D. (2010). The International Climate Change Regime: The Road from Copenhagen. *Viewpoints Series, Harvard Project on International Climate Agreements*.
- Böhringer, C. (2003). The Kyoto protocol: a review and perspectives. *Oxford Review of Economic Policy*, 19(3), 451-466.
- CNE (2023). Apresentação. Retirado de: <https://www.cne.pt/content/apresentacao>.
- Borrego, C., Lopes, M., Ribeiro, I., Carvalho, A., & Miranda, A. I. (2010). *Revista Captar: Ciência e Ambiente para Todos*, 2(2), 1-16.
- Burck, J., Uhlich, T., Bals, C., Höhne, N., Nascimento, L., & Essop, T. (2022). Monitoring Climate Mitigation Efforts of 60 Countries plus the EU – covering 92% of the Global Greenhouse Gas Emissions. CCPI Results 2022. Germanwatch, NewClimate Institute & Climate Action Network.
- Cardoso, R. M., Soares, P. M., Lima, D. C., & Miranda, P. M. (2019). Mean and extreme temperatures in a warming climate: EURO CORDEX and WRF regional climate high-resolution projections for Portugal. *Climate Dynamics*, 52, 129-157.
- Carter, N., Ladrech, R., Little, C., & Tsagkroni, V. (2018). Political parties and climate policy: A new approach to measuring parties' climate policy preferences. *Party politics*, 24(6), 731-742.
- Carvalho, A., Schmidt, L., Santos, F. D., & Delicado, A. (2014). Climate change research and policy in Portugal. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 5(2), 199-217.
- Depledge, J., Saldivia, M. & Peñasco, C. (2022) Glass half full or glass half empty?: the 2021 Glasgow Climate Conference, *Climate Policy*, 22(2), 147-157.
- Elzen, M. d., Kuramochi, T., Höhne, N., Cantzler, J., Esmeijer, K., Fekete, H., ... & Vandyck, T. (2019). Are the G20 economies making enough progress to meet their NDC targets?. *Energy Policy*, 126, 238-250.
- Falkner, R. (2016). The Paris agreement and the new logic of International Climate politics. *International Affairs*, 92(5), 1107-1125.
- Falkner, R., Stephan, H., & Vogler, J. (2010). International climate policy after Copenhagen: Towards a 'building blocks' approach. *Global Policy*, 1(3), 252-262.
- Farstad, F.M. (2017), What explains variation in parties' climate change salience? *Party Politics*. 24(6), 698-707.
- Fetting, C. (2020). *The European Green Deal*. ESDN Report, December 2020, ESDN Office, Vienna.
- Fisher, S. D., Kenny, J., Poortinga, W., Böhm, G., & Steg, L. (2022). The politicisation of climate change attitudes in Europe. *Electoral Studies*, 79, 102499.

- Gil, L., & Bernardo, J. (2020). An approach to energy and climate issues aiming at carbon neutrality. *Renewable Energy Focus*, 33, 37-42.
- Gil, L., & Bernardo, J. (2022). Transição energética e oportunidades de negócio. *Revista Renováveis Magazine*, 49, 38-45.
- Hoegh-Guldberg, O., Jacob, D., Bindi, M., Brown, S., Camilloni, I., Diedhiou, A., ... & Zougmore, R. B. (2018). Impacts of 1.5 C global warming on natural and human systems. In: asson-Delmotte, V., Zhai, P., Pörtner, H. O., Roberts, D., Skea, J., Shukla, P. R., ... & Waterfield, T. (Eds). *Global warming of 1.5° C*. IPCC. pp. 175-312.
- Hornsey, M. J., Harris, E. A., & Fielding, K. S. (2018). Relationships among conspiratorial beliefs, conservatism and climate scepticism across nations. *Nature Climate Change*, 8(7), 614-620.
- Jensen, C.B. & Spoon, J.-J. (2011), Testing the 'Party Matters' Thesis: Explaining Progress towards Kyoto Protocol Targets. *Political Studies*, 59(1), 99-115.
- Knill C, Debus, M., & Heichel, S. (2010) Do parties matter in internationalised policy areas? The impact of political parties on environmental policy outputs in 18 OECD countries, 1970- 2000. *European Journal of Political Research*, 49(3), 301–336.
- Leggett, J. A. (2020). The United Nations framework convention on climate change, the Kyoto protocol, and the Paris agreement: a summary. UNFCC: New York, NY, USA, 2.
- Lehmann, P., Burst, T., Matthieß, T., Regel, S., Volkens, A., Weißels, B. & Zehnter, L. (2022). The Manifesto Data Collection. Manifesto Project (MRG/CMP/MARPOR). Version 2022a.
- McCright, A.M., Dunlap, R.E., (2011) Cool dudes: The denial of climate change among conservative white males in the United States. *Global Environmental Change*, 21(4), 1163-1172.
- McCright, A. M., Dunlap, R. E., & Marquart-Pyatt, S. T. (2016). Political ideology and views about climate change in the European Union. *Environmental Politics*, 25(2), 338-358.
- Michaelowa, K. & Michaelowa, A., (2017) Transnational Climate Governance Initiatives: Designed for Effective Climate Change Mitigation?. *International Interactions*. 43(1), 129-155.
- Moosmann, L., Siemons, A., Fallasch, F., Schneider, L., Urrutia, C., Wissner, N., ... & Heinemann, S. (2022). The COP27 Climate Change Conference: Status of Climate Negotiations and Issues at Stake. Study for the Committee on the Environment, Public Health and Food Safety, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies, European Parliament, Luxembourg.
- Poortinga, W., Spence, A., Whitmarsh, L., Capstick, S., & Pidgeon, N. F. (2011). Uncertain climate: An investigation into public scepticism about anthropogenic climate change. *Global environmental change*, 21(3), 1015-1024.
- Santos, E., Rodrigues, A. P., Daam, A. & Paulino, J. (2015). Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC). APA.
- Schwarte, C. (2021). EU Climate Policy under the Paris Agreement. *Climate Law*, 11(2), 157-175.
- Schleussner, C., Menke, I., Theokritoff, E., van Maanen, N., & Lanson, A. (2019). Climate impacts in Portugal. *Climate Analytics*, Berlin. Retirado de <https://youth4climatejustice.org/wp-content/uploads/2021/01/Climate-Analytics-Climate-Impacts-in-Portugal-min.pdf>
- UNFCCC. (2001). Climate Change: Information Kit. Zimbabwe: Typeset by Fontline Electronic Publishing.

- Velders, G. J., Andersen, S. O., Daniel, J. S., Fahey, D. W., & McFarland, M. (2007). The importance of the Montreal Protocol in protecting climate. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 104(12), 4814-4819.
- White, R. M. (1979). World Climate Conference: Climate at the Millennium. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 21(3), 31-33.
- Yin, J. (1999). Elite Opinion and Media Diffusion: Exploring Environmental Attitudes. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 4(3), 62-86.

Anexo I – Matriz das palavras-chave para análise de conteúdo

Política climática	Ambiente	Energias renováveis	Transporte baixo em carbono	Eficiência energética	Sumidouros de carbono
Política climática	Justiça climática	Hidrogénio verde	Veículos elétricos	Equipamentos mais eficientes	Solo
Política ambiental	Ação climática	Eólica	Mobilidade elétrica	Eficiência energética	Florestas
Protocolo de Quioto	Descarbonização	Oceânicas	Rede de carregamento	Substituição de equipamentos elétricos ineficientes	Matos
Conferência de Copenhaga	Neutralidade carbónica	Hídrica	Partilha de carros /veículos	Gestão consumo energético	Sumidouros de carbono
Acordo de Paris (COP21)	Neutralidade climática	Geotermia	Ciclovias	SGCEE	Pastagens
Conferência de Glasgow (COP26)	Carbono	Geotérmico	Transporte coletivo	Certificação energética	Agricultura
NDC	Economia circular	Biomassa	Transporte público		
PNAC	Ambiente	Biogás	Autocarros elétricos		
CAC	Transição energética	Biometano	Bicicletas		
ENAAAC	Transição ecológica	Biocombustíveis			
FPC	Biodiversidade	Solar			
QEPiC	Emissões de gases de efeitos de estufa	Fotovoltaico			
PNEC	Emissão de gases poluentes	Solar Térmico			
RNC2050	Clima	Bioenergia			
Pacto Ecológico Europeu	Alterações climáticas	Renovável			
Políticas verdes	Emergência climática				
Lei de bases do clima	Redução de/das emissões				
Lei de bases do ambiente	Absorção de gases com efeito de estufa				
	Emissões				
	Sustentabilidade				